

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ROBERT RAMOS DE SOUZA PINTO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PLANEJAMENTO DAS FINANÇAS PESSOAIS  
COMO FERRAMENTAS DE COMBATE AO ENDIVIDAMENTO E À  
INADIMPLÊNCIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA**

MARIANA – MG

2025

ROBERT RAMOS DE SOUZA PINTO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PLANEJAMENTO DAS FINANÇAS PESSOAIS  
COMO FERRAMENTAS DE COMBATE AO ENDIVIDAMENTO E À  
INADIMPLÊNCIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Chrystian Soares Mendes

DEECO / ICSA / UFOP

MARIANA – MG

2025

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

P659e Pinto, Robert Ramos De Souza.

Educação financeira e planejamento das finanças pessoais como ferramentas de combate ao endividamento e à inadimplência da população brasileira. [manuscrito] / Robert Ramos De Souza Pinto. - 2025.

68 f.: il.: gráf., tab.. + Três quadros feitos pelo autor e importados do Microsoft Excel.. + Uma figura colorida feita pelo autor e importada do Microsoft Word..

Orientador: Prof. Dr. Chrystian Soares Mendes.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Dívidas pessoais. 2. Educação financeira. 3. Finanças pessoais. 4. Inadimplência (Finanças). I. Mendes, Chrystian Soares. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 64.03(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Robert Ramos de Souza Pinto**

**Educação financeira e planejamento das finanças pessoais como ferramentas de combate  
ao endividamento e à inadimplência da população brasileira**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal  
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 10 de abril de 2025

### Membros da banca

Prof. Dr. Chrystian Soares Mendes - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Prof. Dr. Luiz Mateus da Silva Ferreira - (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Profa. Dra. Mirian Assumpção e Lima - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Prof. Dr. Chrystian Soares Mendes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 16/04/2025



Documento assinado eletronicamente por **Chrystian Soares Mendes**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 25/04/2025, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0900786** e o código CRC **363EFC62**.

*Dedico este trabalho aos meus pais, que nunca deixaram de acreditar em mim e não mediram esforços para me proporcionar uma vida acadêmica de qualidade.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela minha vida e por me permitir sonhar e nunca desistir.

Aos meus pais, por me incentivarem e serem a luz necessária nos momentos mais difíceis da vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Chrystian Soares Mendes, pelo tempo dedicado nas correções e por todo o suporte necessário para realização deste trabalho.

## RESUMO

O presente estudo busca compreender e analisar o perfil do endividamento e da inadimplência da população brasileira no período de 2013 a 2023, considerando variáveis como renda, faixa etária, regiões do país, etc. O trabalho se propõe a apresentar a importância do investimento, tanto público quanto individual, em educação e planejamento financeiro, de modo a contribuir para a prevenção e redução do grau de endividamento pessoal. A metodologia utilizada consiste em revisão de literatura, fundamentado pela pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo e abordagem qualitativa. Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos a partir de fontes confiáveis, como a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Essas informações foram organizadas e analisadas por meio da ferramenta Microsoft Excel, sendo aplicadas fórmulas estatísticas para o cálculo de médias e a determinação dos ritmos de crescimento do endividamento da população brasileira. A pesquisa abordou o tema principal descrevendo e discutindo os principais conceitos e características da educação financeira, do planejamento financeiro, do endividamento e da inadimplência. Além disso, foi apresentado um comparativo histórico do endividamento e inadimplência dos brasileiros, incluindo o cenário mais recente possível. Ao longo do trabalho, foi possível identificar que a educação financeira consiste em um conjunto de conhecimentos e habilidades que permitem uma pessoa a processar informações de natureza econômica e buscarem tomar as melhores decisões possíveis com relação ao dinheiro. Também ficou evidente que o planejamento das finanças pessoais consiste em um processo de desenvolvimento e implementação de estratégias capazes de proporcionar ao indivíduo o atingimento de metas e objetivos pessoais que dependam da sua saúde financeira. De forma notória, foi identificado que o endividamento e inadimplência das famílias brasileiras vem crescendo ano após ano e encontra-se em patamares elevadíssimos. Como conclusão, destaca-se a necessidade de o Brasil investir de maneira mais profunda em educação escolar e em programas que incentivem e promovam os níveis de educação financeira, como forma de superar as dificuldades atuais e possivelmente melhorar a qualidade de vida e bem-estar geral dos brasileiros no futuro.

**Palavras-chave:** Educação financeira; planejamento financeiro; endividamento; inadimplência; finanças pessoais.

## ABSTRACT

This study seeks to understand and analyze the debt and default profile of the Brazilian population in the period from 2013 to 2023, considering variables such as income, age group, regions of the country, etc. The work aims to present the importance of investment, both public and individual, in education and financial planning, in order to contribute to the prevention and reduction of the level of personal debt. The methodology used consists of a literature review, based on bibliographic research, with a descriptive character and qualitative approach. The data used in this research were obtained from reliable sources, such as the Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) and the Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). This information was organized and analyzed using Microsoft Excel, and statistical formulas were applied to calculate averages and determine the growth rates of the Brazilian population's debt. The research discusses the main theme by describing and discussing the main concepts and characteristics of financial education, financial planning, indebtedness and default. In addition, a historical comparison of the indebtedness and default of Brazilians was presented, including the most recent scenario possible. Throughout the work, it was possible to identify that financial education consists in a set of knowledge and skills that allow a person to process information of an economic nature and seek to make the best possible decisions regarding money. It was also evident that financial planning consists in a process of developing and implementing strategies capable of providing the individual to the achievement of personal goals and objectives that depend on their financial health. It was notoriously identified that the indebtedness and default of Brazilian families has been growing year after year and is at very high levels. As a conclusion, it is highlighted the need for Brazil to invest more deeply in school education and in programs that encourage and promote the levels of financial education, as a way to overcome the current difficulties and possibly improve the quality of life and general well-being of Brazilians in the future.

**Keywords:** Financial education; financial planning; indebtedness; financial default; personal finance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Método dos 6 potes .....	59
------------------------------------	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais políticas públicas voltadas para a educação financeira, no Brasil .....	34
Quadro 2: Disciplinas e descrição de cada avaliação .....	36
Quadro 3: Dicas para organizar as finanças .....	55

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Visão geral do desempenho mundial em educação financeira, em 2022 .....	36
Tabela 2: Histórico de desempenho do Brasil em leitura, matemática e ciências, no PISA ....	37
Tabela 3: Média anual do endividamento (%), no Brasil no período de 2013-2023 .....	41
Tabela 4: Famílias endividadas (%) por faixa de renda, no Brasil em 2023 e 2024.....	43
Tabela 5: Média de famílias endividadas por modalidade de crédito (%), no Brasil no período 2013-2023.....	44
Tabela 6: Inadimplência por faixa de renda (%), no Brasil no período 2013-2023.....	47
Tabela 7: Modelo de planilha de Excel para organização e controle das finanças pessoais ....	56
Tabela 8: Método ABCD.....	60

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Inadimplência por faixa etária, no Brasil em dezembro de 2023 .....	16
Gráfico 2: Proporção de inadimplentes por estado (%), no Brasil, em dezembro de 2023 .....	18
Gráfico 3: Percepção do nível de endividamento (%), no Brasil no período 2013-2023 .....	42
Gráfico 4: Endividamento por faixa de renda (%), no Brasil no período 2013-2023.....	42
Gráfico 5: Parcela (%) e tempo médio de comprometimento de renda, no Brasil no período 2013-2023.....	44
Gráfico 6: Inadimplência no Brasil no período 2013-2023.....	46
Gráfico 7: Dívidas por faixa etária, no Brasil em abril de 2024.....	47
Gráfico 8: Inadimplência por tempo de atraso, no Brasil em abril de 2024 .....	48
Gráfico 9: Percentual de inadimplentes por valor total das dívidas, em abril de 2024.....	49
Gráfico 10: Dívidas em atraso por setor credor, no Brasil em abril de 2024 .....	49
Gráfico 11: Método 50-30-20 de planejamento financeiro .....	58

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	12
2	OBJETIVOS .....	14
2.1	Objetivo geral.....	14
3	PROBLEMA DE PESQUISA .....	15
4	JUSTIFICATIVA .....	20
5	REFERENCIAL TEÓRICO .....	22
5.1	Finanças pessoais .....	22
5.1.1	Bem-estar e qualidade de vida .....	22
6	METODOLOGIA .....	27
7	EDUCAÇÃO FINANCEIRA: Características, percepções e dimensões.....	28
7.1	Conceito e importância .....	28
7.1.1	Educação financeira em casa e nas escolas .....	29
8	Endividamento excessivo: A atual e preocupante situação dos brasileiros.....	39
8.1	Principais conceitos.....	39
8.1.1	Cenário completo do endividamento e inadimplência no Brasil: Um comparativo histórico, com o Perfil do endividamento e da inadimplência .....	40
9	Planejamento financeiro .....	51
9.1	Definição.....	51
9.1.1	Os principais desafios a serem enfrentados: a falta de controle, a desorganização e o planejamento inadequado .....	52
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	61
	REFERÊNCIAS .....	63

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX, o mundo vem passando por transformações econômicas e tecnológicas de grande intensidade. A globalização, ou mundialização, pode ser conceituada como um processo de mudança política e econômica das sociedades ao redor de todo o mundo. Esse processo aliado ao avanço tecnológico tem gerado cada vez mais valor para os indivíduos, pela integração entre diferentes economias, modernização e ascensão de novos meios de produção e consumo. Evidentemente a globalização e a tecnologia possuem potencial de trazer muitas vantagens para uma economia, assim como podem impactar a maneira pela qual as pessoas enxergam a relação entre poder e status vinculados a bens e serviços. As grandes inovações e modernizações têm induzido, de certa forma, as pessoas a praticarem um consumo impensado ou incalculado, que tem certamente grande parcela de contribuição para o endividamento pessoal ou familiar (AZEREDO, 2008; ARMADA, 2013; PERES, SILVA e SILVEIRA, 2019).

O endividamento é um tema que traz preocupação para qualquer pessoa, ou, ao menos deveria trazer. No Brasil, o endividamento é um problema corriqueiro, de longa data, e que tem se agravado cada vez mais. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo (CNC), em 2023, a taxa de endividamento atingiu 77,8% da população brasileira, consideravelmente acima dos 58,3% de 2012, que foi o menor da série histórica, iniciada em 2010. Ainda segundo a CNC, mais de 66 milhões de brasileiros fecharam o ano de 2023 com contas em atraso (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS SERVIÇOS E TURISMO, 2024).

Existem diversas possíveis causas para o aumento do endividamento pessoal, como diminuição da renda, imprevistos, perda de emprego, falta de controle sobre as finanças e inexistência de um planejamento financeiro adequado. A impulsividade e o mau comportamento financeiro são fatores que afetam a decisão de comprar, podendo levar a pessoa a optar por um caminho teoricamente mais fácil, o do crédito e empréstimo, mas podem acabar piorando a situação financeira (SANTOS, SANTOS *et al.*, 2023).

Nesse sentido, a educação financeira é crucial como instrumento de orientação no combate a falta de conhecimento sobre produtos financeiros. Ademais, o planejamento financeiro é uma ferramenta essencial para melhor organização e controle sobre as próprias finanças. Ele pode contribuir, de maneira significativa, para a redução da probabilidade de se endividar e para a diminuição do nível de endividamento que a pessoa se encontra. Além disso,

o conhecimento e a organização financeira podem trazer muitos outros benefícios, como a concretização de planos, metas e objetivos futuros, que passam a se tornar mais palpáveis com o acesso à educação e planejamento financeiro (SANTOS, SANTOS *et al.*, 2023; DONADIO, CAMPANARIO e RANGEL, 2012; SILVA e SILVA, 2016)

O ponto chave da problemática de pesquisa pode ser resumido pela seguinte pergunta: Como a disseminação de conhecimentos sobre educação financeira e planejamento financeiro podem contribuir para a redução dos índices de endividamento e inadimplência da população brasileira, de modo a contribuir para a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas?

Para responder essa pergunta, este estudo irá sugerir possíveis caminhos a serem seguidos por aqueles que desejam uma vida financeira mais saudável, com base em dicas e exemplos de meios e métodos para se planejar financeiramente.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 Objetivo geral

Conceituar, explicitar e apresentar a importância da educação financeira e do planejamento financeiro como ferramentas e estratégias para o controle do endividamento dos brasileiros.

Especificamente, pretende-se:

- Pesquisar e apresentar o conceito e importância de educação financeira e planejamento das finanças pessoais;
- Diagnosticar e analisar o nível de endividamento e inadimplência da população brasileira no período entre 2013 e 2023;
- Diagnosticar e analisar o perfil do endividamento e da inadimplência dos brasileiros no período mais recente possível, primeiro quadrimestre de 2024, que foi o período em que a maior parte deste trabalho foi desenvolvido.;
- Discutir a respeito da importância das políticas públicas voltadas para as finanças pessoais;
- Discutir e apresentar possíveis caminhos que podem auxiliar no melhor gerenciamento do dinheiro, de modo a colaborar para uma vida financeira saudável.

### 3 PROBLEMA DE PESQUISA

O bem-estar é um conceito fundamental para explicar e medir a qualidade de vida das pessoas. Bem-estar é definido pelos mínimos padrões econômicos e sociais necessários para que uma pessoa seja capaz de satisfazer suas necessidades e desejos. A situação financeira de um indivíduo é capaz de impactar de forma negativa ou positiva em seu bem-estar e conseqüentemente na sua qualidade de vida. De acordo com estudos denominados “*Investment Phobia*”, promovidos pela Universidade de Cambridge, três em cada dez pessoas afirmaram se sentir mais confortável quando suas finanças estão sob controle (NOGUEIRA, 2002; SILVA et al., 2020; PICCINI e PINZETTA, 2014).

O endividamento tem sido um problema comum na vida de muitos brasileiros. O excesso de consumo é um dos grandes fatores que levam ao endividamento, são poucos os que conseguem planejar e administrar suas finanças. As dívidas podem gerar dificuldades financeiras para se manter uma qualidade de vida justa (SILVA et al., 2020).

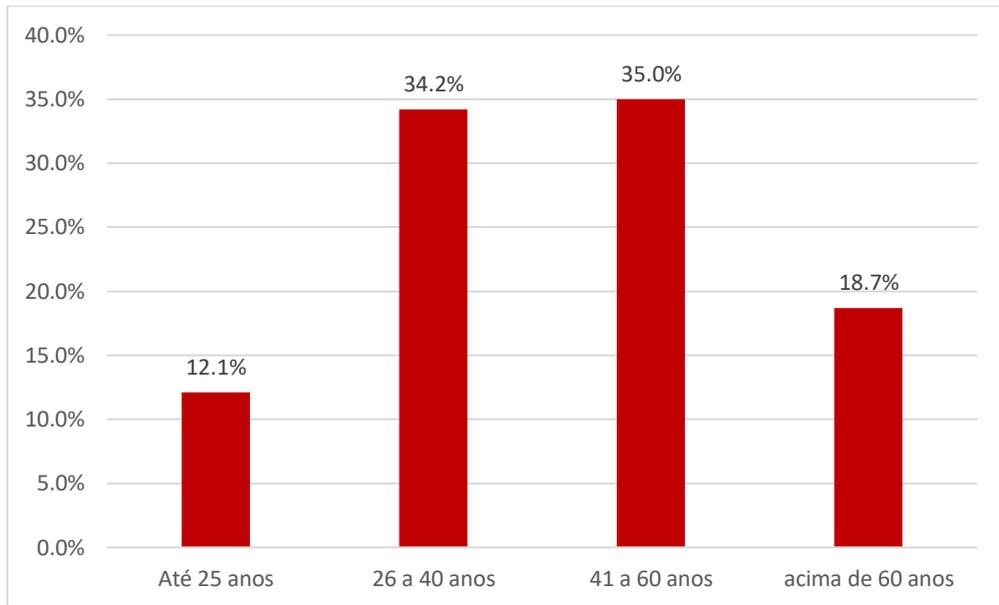
A situação financeira dos brasileiros tem sido desfavorável, conforme mostra pesquisa da CNC (2023). Em 2013, segundo pesquisas realizadas pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) cerca de 62,5% das famílias brasileiras se encontravam endividadas. Ainda de acordo com o CNC, o percentual de endividados em 2023 alcançou cerca de 77,8% das famílias brasileiras. Um dado que chama bastante atenção é que 86% das pessoas entrevistadas disseram estar endividadas com cartão de crédito, que possui um dos maiores juros do mercado, sendo que, 12,7% dos entrevistados afirmaram não ter condições de honrar seus compromissos, o maior número desde 2010 (CARRANÇA, 2023; VENAGLIA, 2023).

Historicamente, observa-se que uma parte relevante da renda dos brasileiros é destinada ao pagamento de dívidas, revelando tanto fragilidades no planejamento financeiro quanto fatores estruturais da economia que estimulam o endividamento das famílias. Segundo pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada mensalmente pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e divulgada em março de 2023, o percentual da renda dos brasileiros comprometida por dívidas era cerca de 30%, bem próximo da média de 2013, que foi de 29,4%. Um fato que chama a atenção é que desde 2013 o percentual de comprometimento de renda com dívidas nunca esteve abaixo da casa dos 29% (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

De acordo com o Serasa (2024), cerca de 71 milhões de brasileiros encontravam-se em situação de inadimplência (dívidas em atraso por mais de 90 dias) em dezembro de 2023. O

total de dívidas acumuladas era de 367,9 bilhões de reais, sendo que cada brasileiro inadimplente devia em média R\$ 5.174,62. Ainda segundo a pesquisa, 50,4% do total de inadimplentes eram mulheres.

**Gráfico 1: Inadimplência por faixa etária, no Brasil em dezembro de 2023**



Fonte: Adaptado de SERASA (2024)

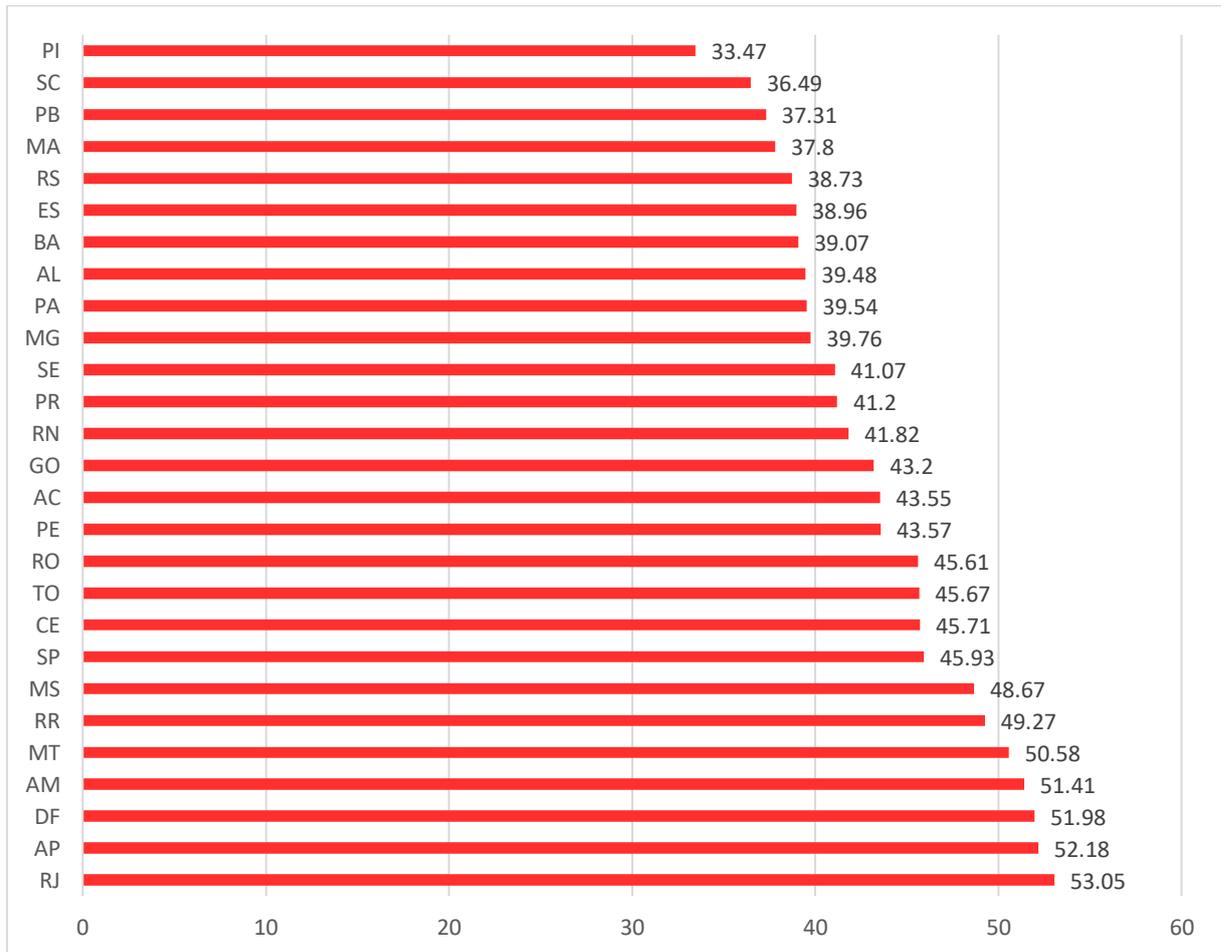
Como é possível ver no Gráfico 1, as faixas etárias de 41 a 60 anos e de 26 a 40 anos apareciam como as de maior percentual inadimplente, 35% e 34,2% respectivamente. Além disso, as dívidas em atraso com bancos e cartões de crédito representavam 27,9% do total, seguidas por contas de água, luz e telefone, com cerca de 24% somadas.

Conforme o Gráfico 2, mais abaixo, é possível observar que o problema da inadimplência está presente em todo o país, guardadas as proporções de tamanho e população de cada estado brasileiro. Do total de inadimplentes, cerca de 71 milhões de brasileiros (43,35% da população), o estado de São Paulo possuía quase 20 milhões, seguido por Rio de Janeiro com 8,5 milhões e Minas Gerais com 8,2 milhões. O fato de a inadimplência estar presente com mais intensidade nos centros mais populosos do país evidencia a pressão financeira que é exercida sobre seus habitantes.

Outro ponto interessante é quando cruzamos os dados do gráfico 2 com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB é um indicador que mede a qualidade de ensino no Brasil, segmentado pelo ensino fundamental e ensino médio, e sua medida vai de 0 a 10 para ambos. Realizado a cada dois anos, desde 2005, o IDEB pode servir como um importante reflexo de disparidade educacional entre os estados brasileiros, oferecendo uma

visão sobre as diferentes realidades de ensino sobre educação financeira em cada região. Embora não exista um índice específico que avalie diretamente a educação financeira por estado, um IDEB mais baixo pode sugerir que essa área do conhecimento não é priorizada nas escolas. Isso porque pontuações mais baixas do IDEB podem significar dificuldades no desempenho escolar em português e matemática, assim como maiores taxas de reprovação e abandono escolar. Esses fatores tendem a apontar uma educação básica fragilizada e com menor possibilidade para a inclusão de conteúdos complementares, como a educação financeira. Ao comparar com o gráfico 2, observa-se que estados como Piauí e Santa Catarina, que apresentaram menores proporções de inadimplentes, também alcançaram bons índices no IDEB do ensino médio em 2023, com 4,5 e 4,2, respectivamente. Por outro lado, estados como Rio de Janeiro e Amapá, com índices menores de IDEB (3,7 e 3,8, respectivamente), apresentaram maiores proporções de inadimplência. No entanto, é importante ressaltar que o IDEB não pode ser considerado o único fator explicativo para as taxas de inadimplência, já que o Distrito Federal, com uma pontuação de 4,2 em 2023, estava entre os três estados com maior proporção de inadimplentes (QEDU, 2025).

**Gráfico 2: Proporção de inadimplentes por estado (%), no Brasil, em dezembro de 2023**



Fonte: Adaptado de SERASA (2024)

Ao estar endividado e sem condições de realizar pagamentos de dívidas pessoais a solução mais procurada pelos brasileiros é buscar empréstimos, seja junto a parentes, amigos ou mesmo uma instituição financeira. De acordo com o Serasa (2023), 3 em cada 4 brasileiros buscaram crédito em algum momento de sua vida, sendo que 52% tiveram empréstimo contratado em 2022. Ainda segundo a pesquisa, o cartão de crédito e o empréstimo pessoal são os métodos mais comuns, 53% e 48% respectivamente; e, 35% da busca pelo crédito extra ocorre para pagar dívidas, seguida por 21% dos que precisam limpar o nome.

As dificuldades financeiras impostas por dívidas pessoais afetam negativamente o orçamento pessoal e familiar dos brasileiros. O alto número de pessoas que precisam de empréstimos para quitar suas dívidas (71 milhões de inadimplentes em dezembro de 2023), somado a alta da inflação e dos juros no Brasil, são fatores que dificultam e encarecem o acesso ao crédito e o pagamento de dívidas (LIRA, 2023; VIEIRA, ROMA e FERREIRA, 2014).

Considerando a importância do comportamento humano e do planejamento financeiro, especialmente com o cenário de endividamento e inadimplência abordado até aqui, pretende-se

responder à seguinte questão ao longo deste trabalho: De que forma a disseminação de conhecimentos sobre educação financeira e o incentivo ao planejamento das finanças pessoais podem auxiliar na prevenção do superendividamento e na promoção de uma gestão financeira mais equilibrada, contribuindo assim para a manutenção da saúde financeira individual e familiar?

#### 4 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de refletir sobre o papel da educação financeira e do planejamento das finanças como instrumentos estratégicos para a promoção da estabilidade econômica. Tais práticas favorecem a autonomia na tomada de decisões financeiras e auxiliam na mitigação dos riscos associados ao endividamento excessivo, impactando positivamente na qualidade de vida das pessoas. Considerando o atual cenário de elevado endividamento no Brasil, torna-se ainda mais urgente discutir mecanismos capazes de orientar os indivíduos rumo a uma gestão financeira mais consciente e sustentável.

No que diz respeito a administração financeira, Junior (2010) diz que o planejamento das próprias finanças pode ser entendido como um processo de gerenciamento do próprio dinheiro, que permitirá ao indivíduo ser capaz de atingir sua satisfação pessoal e alcançar objetivos na vida.

Segundo Oliveira (2013), educação financeira a educação financeira demanda um longo processo de aprendizagem, de modo a influenciar que os indivíduos tomem decisões que o levem ao equilíbrio financeiro, se responsabilizando por seus atos com relação ao dinheiro. É preciso conscientizar, conhecer e aprender novas regras para trabalhar com dinheiro, sendo a educação financeira de fundamental importância.

Ainda sobre o tema, Alves e Carvalho (2020) entendem que a educação financeira é útil e contribui com a gestão das finanças pessoais, ajudando as pessoas a entenderem como funciona o sistema financeiro e para que elas possam utilizar seus recursos financeiros da melhor maneira possível, com organização e planejamento financeiro.

A respeito do comportamento dos brasileiros, Oliveira (2021) realizou uma pesquisa para averiguar o nível de educação e planejamento financeiro dos 660 entrevistados espalhados pelo Brasil. Os participantes possuíam, no mínimo, graduação incompleta, sendo que apenas uma pessoa tinha 15 anos de idade. Ao responder a pesquisa, 92% afirmaram saber do que se trata a educação financeira, mas cerca de 28% disseram não possuir controle sobre seus gastos.

Faria (2023) realizou um estudo que identificou como alta a taxa de endividamento da população brasileira. Para o autor, o planejamento financeiro é capaz de melhorar a qualidade de vida da pessoa, de modo a possibilitar maior controle das finanças e um bem-estar futuro melhor.

O estudo realizado por Felipe (2023) abordou o endividamento e inadimplência dos brasileiros entre os anos de 2011 e 2022. Em sua pesquisa, o autor tratou a educação financeira como “importante para adequada gestão das finanças pessoais”.

No presente estudo, busca-se apresentar e caracterizar do que se trata educação financeira e planejamento financeiro. A pesquisa busca mostrar os papéis tanto do governo, por meio de políticas públicas, quanto das pessoas, que devem buscar se organizar financeiramente. Além disso, o trabalho buscará apresentar possíveis caminhos do planejamento financeiro que podem servir de incentivo e inspiração para que as pessoas, no mínimo, pensem a respeito, e passem a olhar com bons olhos o gerenciamento eficaz e efetivo do próprio dinheiro.

Portanto, o presente trabalho se mostra relevante e necessário na tentativa de explicar importantes conceitos financeiros, propor uma reflexão sobre questões econômicas e apresentar possíveis caminhos ou soluções para aqueles que tiverem interesse no assunto. A falta de conhecimento e aplicação das pessoas, de modo geral, em assuntos como educação financeira e planejamento financeiro, justificam a necessidade do estudo como forma de abertura e orientação para o aprendizado em questões relacionadas ao gerenciamento eficaz das finanças pessoais.

## 5 REFERENCIAL TEÓRICO

Para fins de análise e discussão dos objetivos propostos por este estudo, é imprescindível realizar uma investigação sobre o bem-estar e a qualidade de vida, considerando como esses aspectos são afetados pela situação financeira das pessoas. Para alcançar esse propósito, será necessário conceituar e abordar os principais temas relacionados às finanças pessoais, tais como bem-estar, qualidade de vida, educação financeira, planejamento financeiro, endividamento e inadimplência.

### 5.1 Finanças pessoais

As finanças pessoais são fundamentadas na economia, abrangendo aspectos econômicos e incorporando os princípios relacionados à tomada de decisão e gestão dos recursos financeiros individuais e familiares. O conceito de finanças pessoais engloba toda a aplicação de teorias de uma variedade de disciplinas, como economia, sociologia e psicologia, com fins de estudar como os indivíduos obtêm e administram seus recursos financeiros para satisfazerem suas necessidades presentes e futuras (HIRA, 2009).

Segundo Valdemar Pires (2006), em seu livro sobre finanças pessoais:

As finanças pessoais têm por objeto de estudo e análise as condições de financiamento das aquisições de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades e desejos individuais. Numa economia baseada em moeda e crédito, as finanças pessoais compreendem o manejo do dinheiro, próprio e de terceiros, para obter acesso às mercadorias, bem como a alocação de recursos físicos (força de trabalho e ativos pertencentes ao indivíduo) com a finalidade de obter dinheiro e crédito. Como ganhar bem e como gastar bem, em síntese, é o problema com que lidam as finanças pessoais. (PIRES, 2006, p.13)

As decisões de consumo, investimento, financiamento e mitigação de risco fazem parte de uma relação financeira que deve se alinhar aos objetivos pessoais de cada um. O sucesso financeiro pessoal vai além do acúmulo de bens, é um ponto alcançado por aqueles que possuem disciplina e capacidade de se organizar e planejar o seu futuro (MALLMAN, 2008; LEVINO e SANTOS, 2019).

#### 5.1.1 Bem-estar e qualidade de vida

O Estado de Bem-Estar Social possui como premissa a intervenção do Estado na organização política, econômica e social de um país, com o intuito de garantir o bem-estar dos

cidadãos. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 se encarregou de estabelecer a ordem social, garantindo direitos e deveres dos cidadãos brasileiros, para promover o bem-estar e a justiça social (ASSUMPTÃO, 2023).

A definição de bem-estar é, de certa forma, complexa, por envolver diversos significados e sentidos. No contexto coletivo, faz sentido pensar no Estado como organizador e propulsor de políticas que visem assegurar o pleno funcionamento da sociedade. Inicialmente, aspectos como saúde, felicidade e prazer, são ligados a definição de bem-viver. Enquanto o Welfare State, ou, Estado de Bem-Estar Social, tem um sentido mais próximo da ação, é mais factível pensar em bem-estar como uma busca pela satisfação das necessidades humanas (NOGUEIRA, 2002).

O significado de bem-estar refere-se a fatores que proporcionam satisfação, segurança e conforto a um indivíduo, abrangendo aspectos relacionados à saúde física, mental e financeira (Bem-estar, 2024).

Nesse sentido, o bem-estar se torna subjetivo, isto é, algo de caráter pessoal, que irá depender de sentimentos e experiências individuais de cada um. Para Giacomoni (2004), o bem-estar subjetivo trata questões relacionados a experiências individuais e avaliações sobre a vida, com uma perspectiva psicológica, relacionada a fatores como a felicidade, a satisfação e a emoção, por exemplo.

Segundo Galinha e Ribeiro (2005), o bem-estar subjetivo é um conceito complexo, que engloba dimensões cognitivas e afetivas, ao integrar outros conceitos como qualidade de vida e afeto.

Para Siqueira e Padovam (2008), o conceito de bem-estar está conectado à qualidade de vida. Nesse sentido, a percepção e a percepção do padrão de vida, avaliadas individualmente por cada pessoa, tornam-se fatores cruciais para a determinação do bem-estar subjetivo de um indivíduo.

A saúde mental é fundamental para que uma pessoa aproveite plenamente e aprimore suas capacidades cognitivas, relacionais e afetivas. Existem muitos fatores que impactam o mental humano, seja de caráter biológico, psicológico ou social. Dentro desse contexto, os transtornos mentais podem ser causados por desvantagem social, educação limitada e até mesmo dificuldades financeiras (SOUZA e BAPTISTA, 2008; SILVA, LOUREIRO e CARDOSO, 2016).

A tensão financeira, situação em que uma pessoa se sente pressionada por problemas financeiros, está interligada a saúde mental. Fatores sociais e econômicos são capazes de moldar a saúde mental das pessoas (ETTMAN *et al.*, 2023).

Portugal *et al.*, (2016), realizou uma pesquisa com 1.466 pacientes atendidos nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, em 2009 e 2010. O objetivo do estudo era identificar a possível existência de variáveis demográficas e socioeconômicas com transtornos mentais e sintomas de depressão. Foi observado que os problemas financeiros associaram-se a menores scores de qualidade de vida.

O estudo de Ettman *et al.*, (2023), realizou uma revisão de escopo e utilizou cinquenta e oito artigos, com o objetivo de entender a literatura sobre tensão financeira e depressão nos Estados Unidos, focando em um único país para entender de forma mais clara a evolução da compreensão dos conceitos chaves. Concluiu-se que os problemas econômicos estavam associados, de forma consistente, positiva e significativa com efeitos negativos na saúde mental das pessoas.

Por conseguinte, a qualidade de vida está intrinsecamente relacionada ao bem-estar e ao estado mental de um indivíduo. Para avaliar a qualidade de vida de um indivíduo não basta e não se deve resumir a um único fator, mas, sim um conjunto de aspectos, como, educação, cultura, alimentação, lazer, etc. Ao passo que uma pessoa busca satisfazer suas necessidades e desejos, ou seja, tem como prioridade a melhora na sua qualidade de vida e bem-estar, é essencial que ela esteja atenta à sua situação financeira, a qual desempenha um papel crucial nesse processo (FRANCISCHETTI, CAMARGO e SANTOS, 2014).

Dentro desse contexto, o bem-estar financeiro pode ser entendido como um componente do bem-estar geral, englobando tanto a satisfação com a situação financeira quanto a percepção de segurança e estabilidade nas finanças pessoais. Para ser avaliado, deve-se levar em consideração a percepção individual de cada pessoa com relação ao estado atual de suas finanças em comparação ao que seria ideal ou desejado. O nível de bem-estar financeiro decorre do quanto controlada estão as finanças, a depender do nível de renda e gastos de cada um. A forma como uma pessoa administra seu dinheiro impacta diretamente sua qualidade de vida e bem-estar geral (FRAGA *et al.*, 2017; MARQUES e GOIS, 2022).

### ***5.1.1.1 Endividamento e inadimplência***

O termo dívida se refere a valores que são devidos por um devedor para um credor. O endividamento, seja ele pessoal ou familiar, pode ser entendido como uma condição financeira em que o devedor assume, no presente, a responsabilidade de realizar o pagamento de sua dívida no futuro. Endividar-se, portanto, significa firmar contratos ou acordos financeiros com prazos a serem cumpridos (BONOMO, MAINARDES e LAURETT, 2017; CAMPARA *et al.*, 2016).

Segundo Santos e Casali (2012), o endividamento é algo presente na vida das pessoas. Na sociedade de consumo atual, torna-se algo trivial se endividar para adquirir produtos e serviços.

Para Contani, Abreu e Reis (2022), a impossibilidade das pessoas de pagarem suas dívidas é o que causa o endividamento, que pode ser identificado e medido pelo comprometimento da renda mensal das pessoas ou famílias. O consumo sem planejamento, nesse contexto, é frequentemente o principal responsável pelo desequilíbrio financeiro. As dificuldades financeiras enfrentadas pelas pessoas no Brasil e em diversas partes do mundo apresentam diversos conceitos e significados distintos, a depender do nível de endividamento. O endividamento é relacionado com a contração de dívidas, que surgem mediante o compromisso de pagamento a terceiros em um momento futuro. Uma situação ainda mais grave que o endividamento é o sobre-endividamento, também conhecido como superendividamento. Esse fenômeno é caracterizado pelo endividamento em níveis excessivos, que é decorrente da impossibilidade do devedor quitar seus pagamentos pendentes em tempo hábil. O superendividamento pode ser ativo, quando o consumidor gasta mais do que ganha, ou passivo, situação em que ocorrem imprevistos, como o desemprego, por exemplo. A situação mais grave do endividamento diz respeito a inadimplência, que é atingida quando o devedor acumula um montante enorme de dívidas sem pagar e com prazos não cumpridos (CAMPARA *et al.*, 2016; SANTOS e CASALI, 2012).

A adimplência diz respeito ao cumprimento de contratos e termos financeiros previamente estabelecidos entre duas ou mais partes. Por outro lado, a inadimplência, que tem se tornado cada vez mais comum no Brasil, diz respeito à situação em que as obrigações financeiras estabelecidas em contrato não são cumpridas, por qualquer que seja o motivo. A inadimplência pode ser dividida por dois conceitos distintos: a inadimplência absoluta, situação em que o devedor não cumpriu e não poderá cumprir com suas obrigações perante ao credor; e a inadimplência relativa, que diz respeito ao cumprimento imperfeito das obrigações, que ocorre quando o pagamento é realizado após o prazo estabelecido (MAIA, 2007).

#### 5.1.1.1.1 Educação financeira e planejamento financeiro

Com o passar do tempo e a inserção de novas tecnologias, o acesso a diferentes meios de transação econômica tem ficado mais fácil. O mercado financeiro tem deixado as transações econômicas cada vez mais fáceis e acessíveis para todas as pessoas, mas, por outro lado, tem ficado cada vez mais complexo o entendimento a respeito do funcionamento de todo o sistema

financeiro e as condições para a maior facilidade de acesso ao crédito, por exemplo. Nesse sentido, a educação financeira se mostra como ferramenta de grande valor, por meio de conhecimentos e competências capazes de fazer com que as pessoas façam escolhas inteligentes relacionadas às finanças pessoais, de modo a elevar seu nível de bem-estar e qualidade de vida (FERREIRA, 2017).

A educação financeira é essencial para a promoção do conhecimento financeiro das pessoas. Para alcançar a alfabetização financeira, é necessário desenvolver e aperfeiçoar um conjunto de aspectos que inclui conhecimentos, habilidades e comportamentos financeiros. Logo, para melhorar a gestão dos recursos financeiros pessoais e alcançar maior nível de bem-estar financeiro, é de extrema importância que as pessoas tenham compreensão sobre conceitos financeiros e econômicos básicos, o que pode ser influenciado positivamente com a educação financeira (HUNG, PARKER e YOONG, 2009).

Para Abdullah e Chong (2014), a educação financeira é relacionada a capacidade de uma pessoa tomar decisões eficazes quanto a utilização e gestão do dinheiro e de outros ativos financeiros.

O planejamento financeiro se trata de um processo que considera diversos aspectos relevantes para uma pessoa, como a personalidade, status de vida e ambientes socioeconômicos, de modo a influenciar à adoção de estratégias e métodos de organização e gestão que servirão para ajudar a alcançar os objetivos pessoais de cada um. Dentro desse contexto, é extremamente importante planejar, administrar e organizar as contas pessoais, estabelecendo objetivos e metas a serem alcançados, para garantir que a saúde financeira seja bem estruturada e impacte de forma positiva a vida de cada um (BAYER e BRAIDO, 2017; VINCO, FLORENSCIO e VIANA, 2021).

Assim, para Vanderlinde e Godoy (2014), o planejamento financeiro constitui uma ferramenta fundamental no enfrentamento do endividamento e da inadimplência familiar, pois promove a transformação de indivíduos em cidadãos mais críticos e independentes. Ao seguirem um planejamento sistemático de seus gastos, as pessoas têm a possibilidade de alcançar uma situação financeira mais favorável.

## 6 METODOLOGIA

O propósito desse estudo consistiu em comparar os índices de endividamento e inadimplência dos brasileiros entre 2013 e 2023, segmentando-os por faixa de renda e apresentando dados relevantes sobre a percepção do endividamento, faixa etária e os principais setores e modalidades responsáveis pelas dívidas dos brasileiros. Adicionalmente, buscou-se apresentar a educação financeira e o gerenciamento de recursos financeiros como estratégias para prevenir e reduzir possíveis dívidas. Trata-se de uma revisão da literatura, fundamentado pela pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo e abordagem qualitativa.

Nesse estudo, foram utilizadas publicações impressas, como livros, além de periódicos online, que incluíram artigos científicos, dissertações e teses, que foram retirados de importantes bancos de dados eletrônicos como a Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (Revista da SEP), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Revista Economia & Gestão (Revista E&G), e entre diversos outros portais e sites de organizações e instituições de ensino públicas e privadas relacionadas às áreas de administração e economia. Para abordar os dados referentes ao endividamento e à inadimplência da população brasileira, entre 2013 e 2023, além de alguns meses referentes a 2024, foram utilizados pesquisas e levantamentos realizados por importantes órgãos e instituições oficiais, como a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), o Serasa e o Banco Central do Brasil (BACEN). Além disso, o estudo também utilizou dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para discutir os níveis atuais e avaliar a evolução ao longo do tempo da educação financeira no Brasil. É importante frisar que todos os dados utilizados foram extraídos para o Microsoft Excel, que foi a principal ferramenta utilizada para criação dos gráficos e tabelas e para a realização dos cálculos referentes a ritmo e média de crescimento dos índices abordados.

## 7 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: CARACTERÍSTICAS, PERCEPÇÕES E DIMENSÕES

O seguinte capítulo apresenta a educação financeira, abordando o seu conceito e a sua importância. Também é discutido como e onde inserir a educação financeira na vida das pessoas, sendo mostrado a importância de tratar o tema desde os mais jovens até os adultos. Além disso, o capítulo discute sobre as principais políticas públicas já criadas e qual sua importância na vida financeira das pessoas.

### 7.1 Conceito e importância

A vida pode ser considerada uma analogia a um jogo real, no qual muitos de seus aspectos estão intrinsecamente relacionados ao dinheiro. O mundo globalizado nos apresenta inúmeras variações de bens e serviços, e é importante saber separar o que é necessário do que é luxo. Gastos desnecessários podem atrapalhar completamente a vida de uma pessoa, a deixando em delicada situação financeira e conseqüentemente impossibilitando o indivíduo de adquirir um produto do mesmo nível que estava acostumada, por exemplo. Não ter dinheiro guardado para possíveis emergências também é um sinal de descontrole financeiro. Diante de tal cenário, a educação financeira revela-se como um importante processo de aprendizagem, capaz de servir como uma luz que guiará o indivíduo para um bom caminho (FERREIRA, 2017).

Educação vem do latim *educare*, que significa criar, fazer, crescer. Segundo o dicionário Houaiss (2009) da língua portuguesa, a educação consiste na aplicação de métodos próprios que assegurem a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano. A forma como cada pessoa é educada pode impactar seu futuro. Segundo, Gadotti:

A educação é obra transformadora, criadora. Ora, para criar é necessário mudar, perturbar, modificar a ordem existente. Fazer progredir alguém significa modificá-lo. Para isso, a educação é um ato de desobediência e de desordem. Desordem em relação a uma ordem dada, uma pré-ordem. Uma educação autêntica re-ordena. É por essa razão que ela perturba, incomoda. É nessa dialética ordem-desordem que se opera o ato educativo, o crescimento espiritual do homem. Precisamos de certa incoerência para crescer. Educar-se é colocar-se em questão, reafirmar-se constantemente em relação ao humano, em vista do mais humano para o homem. (GADOTTI, 2003, p.89-90)

Gadotti (2003) sugere que com base em ações passadas, o indivíduo poderá se sujeitar a novos valores, iniciando um processo educativo que o levará a novos níveis de conhecimento, que poderão ser aplicados ao longo da vida.

A educação financeira pode ser aplicada em diversos campos da economia relacionados a parte das finanças. Existem inúmeros autores que abordam o tema, ressaltando o conceito e a importância de uma pessoa ter noção e saber administrar seu próprio dinheiro. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2005), o conceito de educação financeira:

É o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (OCDE, 2005, p.26)

Para Mandell (2008), a educação financeira nada mais é do que a habilidade das pessoas de avaliarem todos os instrumentos e produtos financeiros existentes, de modo a fazer as melhores escolhas possíveis no curto e no longo prazo.

A educação financeira, segundo Lusardi e Mitchell (2014), se relaciona com a capacidade das pessoas de processarem informações de cunho econômico e tomarem importantes decisões no que tange ao planejamento financeiro, acumulação de riqueza, etc.

A educação financeira é fundamental para a estabilidade de uma pessoa, tanto no aspecto financeiro quanto mental. Estar de bem com as próprias finanças é importante, pois problemas financeiros são capazes de atrapalhar a saúde física e mental de uma pessoa, ocasionando complicações até mesmo com familiares mais próximos, em casos mais extremos por exemplo. Diante disso, é creditado à educação financeira a capacidade de contribuir para o bem-estar e para as expectativas futuras de um indivíduo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023).

### *7.1.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM CASA E NAS ESCOLAS*

A educação básica é a base de formação das crianças, a responsável por proporcionar os primeiros conhecimentos sobre inúmeras variáveis e aspectos da vida. No que diz respeito ao dinheiro, é fundamental que os pais, independentemente de sua realidade financeira ou do nível de conhecimento que possuem sobre educação financeira, ensinem aos filhos noções básicas

sobre como ele funciona. Embora cada família tenha uma realidade única, tanto em termos de finanças quanto de acesso ao conhecimento financeiro, é importante que as primeiras lições sobre o uso do dinheiro venham de quem está presente no dia a dia dos jovens. Mesmo que os pais não tenham tido uma educação formal sobre finanças, podem desempenhar um papel essencial ao transmitir a importância de evitar gastos excessivos. Ensinar o valor do trabalho, a necessidade de estabelecer prioridades e o equilíbrio entre desejo e necessidade são formas práticas de transmitir conhecimento financeiro, mesmo sem um vasto domínio sobre o assunto (DESTEFANI, 2015; BARBOSA e CONTE, 2019).

A educação que vem de casa é fundamental e insubstituível, como ressalta Cury:

Tendemos a terceirizar a educação de nossos filhos usando a escola. Os papéis dos pais são insubstituíveis. Colocar os filhos nas melhores escolas do mundo, com os melhores professores, com a mais excelente tecnologia, e levá-los a tirar as melhores notas não são garantias de formá-los com a mente livre e as emoções saudáveis. (CURY, 2014, p.5)

Tratar a respeito da educação financeira em casa é complexo, visto que muitas pessoas não possuem condições e conhecimentos suficientes para repassarem para os mais jovens. As escolas surgem como alternativa, pois possuem capacidade de servir e implantar uma base de informações e práticas sobre inúmeros assuntos, incluindo a educação financeira. No entanto, existem complicações e dificuldades de implantar tal assunto nas escolas brasileiras. As diferentes realidades econômicas e sociais afetam os níveis de aprendizagem, que variam em cada lugar no Brasil. Para que os programas de educação financeira obtenham sucesso, é necessário aplicar estratégias variadas de acordo com a situação de cada região, estado e município brasileiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

Na escola, as crianças são capazes de aprender as competências básicas de leitura e escrita. Todo o aprendizado escolar pode e deve ser levado para a vida como uma base, e por isso se faz necessário que a educação financeira seja um tema abordado nesse ambiente. Aprender sobre o que é dinheiro e qual sua importância, desde cedo, possibilitará aos jovens adquirir uma visão mais crítica e assim, saber lidar melhor com suas despesas do que alguém que nunca tenha tido contato com o tema (SILVA, 2020).

A inserção da educação financeira nas escolas deve ocorrer de maneira adequada aos interesses e necessidades dos estudantes. Uma das maiores preocupações diz respeito ao nível de leitura e matemática dos alunos, sendo essa a maior necessidade de melhora. Existem estudos que apontam forte correlação entre o nível literário e matemático com o grau de conhecimento financeiro dos indivíduos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

Gerardi, Goette e Meier (2013) realizaram um estudo para entender o motivo que levou as pessoas a pegarem os famosos empréstimos hipotecários subprime, que culminaram em uma grande crise financeira global em 2008. A pesquisa apontou que os comportamentos ou habilidades numéricas tiveram forte correlação negativa com a probabilidade de inadimplência das hipotecas. O estudo também indicou que possivelmente a educação financeira gera grandes benefícios para o bem-estar individual das pessoas.

Uma pesquisa realizada por Brown e Graf (2013) cobriu 1500 domicílios na Suíça, e buscou documentar o nível de educação financeira, examinando a relação entre a educação financeira e o planejamento de aposentadoria no país. O estudo descobriu que a educação financeira na Suíça é alta, considerando os padrões internacionais e a alta classificação do país na escala matemática dos testes PISA. Nessa linha, também foi identificado que o nível de educação financeira é consideravelmente menor entre os entrevistados de baixa renda e menos escolarizados. Além disso, a pesquisa também apontou correlação positiva entre o grau de educação financeira e a capacidade de poupar e se planejar.

A respeito da importância da educação financeira nas escolas, Souza, Nicoli e Castro (2023) consideram que a fase de formação é a melhor época para começar a adquirir conhecimento sobre o assunto. Ao abordar o tema desde cedo, os jovens poderão adquirir conhecimentos importantes e criarem um hábito consciente de consumo, evitando gastos desnecessários. No futuro será de grande valor para que eles consigam manter uma vida financeira mais segura.

Conforme estudos de Oliveira *et al.*, (2014) e Nascimento, Stadler e Bechara (2022), é de grande importância que sejam abordadas questões de cunho econômico desde o ensino fundamental. O conhecimento adquirido servirá como uma fonte de conscientização e autodisciplina para o jovem, de modo a gerar benefícios futuros quanto ao manuseio das próprias finanças. O jovem precisa ter contato com esse tipo de assunto desde cedo, pois isso se tornará comum em sua vida, algo que poderá ser aplicado ao longo da vida.

#### **7.1.1.1 Educação financeira no Brasil: Políticas públicas**

A primeira grande iniciativa de política pública no âmbito da educação financeira foi promovida com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em 2010, segundo Decreto Presidencial nº 7.397. Revogado 10 anos depois, instituiu-se, por meio do Decreto Presidencial nº 10.393, em junho de 2020, a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). A ENEF foi criada e desenvolvida com o objetivo de promover o nível de

conhecimento financeiro dos brasileiros, focando no desenvolvimento de crianças, jovens e adultos, através de programas específicos para cada público-alvo (BRASIL, 2020).

A Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), realizada desde 2014, é uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). Durante a Semana ENEF, diversas instituições e pessoas físicas promovem programas e ações sociais com a temática abordando a educação financeira, todos de forma gratuita e com o objetivo de expandir o conhecimento financeiro das pessoas envolvidas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

O projeto de educação financeira nas escolas públicas do Brasil, criado em 2011, da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), contribuiu para o aumento, entre os jovens que aderiram ao programa, de 1% do nível de poupança; aumento de 21% dos jovens que fazem lista de gastos ao final de cada mês; e aumento de 4% dos que negociam os preços e a forma de pagamento de cada item adquirido. Os benefícios do projeto impactam tanto os jovens quanto suas famílias, produzindo mudanças significativas na vida financeira de cada um (MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014).

O Banco Central do Brasil lançou, em 2013, o programa Cidadania Financeira, buscando integrar três vertentes de sua atuação: a inclusão financeira; a proteção ao consumidor de serviços financeiros e a educação financeira. Alinhado à Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), o programa buscou fechar grandes parcerias, como, por exemplo, com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Por meio das parcerias foram criados projetos, palestras, cursos, entre diversas outras estratégias voltadas à inserção de pessoas no contexto da educação financeira (MOURA, 2018).

No contexto atual, existe iniciativas de grandes órgãos voltado para a educação financeira, como por exemplo: o BACEN, que busca promover e ampliar a educação financeira no Brasil, por meio de dois programas, a Cidadania Financeira e o Aprender Valor. O projeto Cidadania Financeira, lançado pelo BACEN, em 2013, tinha como principal ideia que todos os adultos tivessem acesso efetivo aos serviços financeiros providos por instituições financeiras, e mais do que isso, melhorassem sua compreensão sobre conceitos e produtos do mercado financeiro. O relatório mais recente do Cidadania Financeira, 2021, apontou que 96% dos adultos brasileiros possuía relacionamento com instituições financeiras, um claro aumento, considerando que, em 2018, esse número era de 85%. O Aprender Valor, outra iniciativa do BACEN, foi lançado em 2020, e tem como grande objetivo desenvolver competências e habilidades de educação financeira dos alunos das escolas públicas brasileiras. A partir de 2021 houve expansão do programa, possibilitando que todos os estudantes de ensino fundamental, de escolas municipais e estaduais, pudessem melhorar seus conhecimentos e formas de lidar

com o dinheiro. Essa expansão se justificou considerando a importância de tratar sobre a educação financeira e o consumo no âmbito escolar, tendo em vista todos os impactos causados de acordo com o modo como cada indivíduo lida com as questões financeiras da vida. Vale destacar que, em agosto de 2024, o programa Aprender Valor conseguiu alcançar 24 mil escolas públicas e estaduais de todos os estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal, com 56% dos municípios brasileiros aderindo ao projeto (BACEN, 2018).

O Aprender Valor reconhece e busca integrar a educação financeira nas escolas, através de projetos escolares que mobilizem os profissionais e estudantes. Em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), o BACEN criou um conjunto de ferramentas para possibilitar a execução, a avaliação e o monitoramento do programa, tais como: Plataformas de gestão e monitoramento; Desenvolvimento profissional para gestores e professores; Recursos educacionais para uso em sala de aula; Avaliações para os estudantes; entre outros (BACEN, 2018).

O Ministério da Educação (MEC), em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Sebrae, criou, em julho de 2021, o Programa Educação Financeira nas Escolas, uma iniciativa que visa capacitar milhares de professores ao longo de 3 anos, o programa busca fornecer apoio técnico e orientação pedagógica aos docentes. Inúmeros são os temas abordados, tais como: Consumo consciente; orientação a investimentos etc. A ideia é que a educação financeira seja abordada de forma transversal, com os professores podendo abordar temas financeiros em conciliação com sua disciplina a ser lecionada (BRASIL, 2022).

Outro programa educacional financeiro foi lançado pela CVM em parceria com a Escola de Educação Financeira do Rioprevidência. O programa Bem-Estar-Financeiro, assim denominado, busca levar a educação financeira para o ambiente de trabalho. Trata-se de um curso destinado a profissionais de empresas públicas e privadas, que se propõe a ensinar conceitos e ferramentas que ajudem a controlar a vida financeira dos indivíduos (BRASIL, 2022).

Ribeiro *et al.*, (2021), analisou e comparou os níveis de endividamento dos brasileiros no período de 2013 a 2021. Foi identificado que o grau de endividamento se demonstrou menor nos períodos de maior desenvolvimento de projetos voltados para a educação financeira. Tal fato indica, a princípio, que a quantidade de iniciativas desenvolvidas, no âmbito da educação financeira, pode explicar e refletir no aumento da conscientização e organização das famílias quanto aos aspectos financeiros.

Entretanto, não é possível determinar que a simples existência dos projetos reduzirá os níveis de endividamento dos brasileiros, pelo fato de existir inúmeras outras variáveis

econômicas que impactam nas finanças das pessoas. É importante que os órgãos brasileiros divulguem com mais precisão as informações, para que os resultados possam ser melhor analisados e que sirva de incentivo para o progresso de novas políticas de educação financeira (RIBEIRO *et al.*, 2021).

As principais políticas públicas, discutidas ao longo desta seção, estão disponíveis no Quadro 1, logo abaixo.

**Quadro 1: Principais políticas públicas voltadas para a educação financeira, no Brasil**

Nome do Programa	Ano de Criação	Características	Abrangência	Faixa Etária	Resultados
Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) - 1ª versão	2010	Primeira iniciativa nacional para promover a educação financeira.	Nacional	Todas as idades	Revogada em 2020.
Educação Financeira nas Escolas (ENEF)	2011	Projeto da ENEF para integrar a educação financeira nas escolas públicas, focado em práticas financeiras entre jovens.	Nacional	Jovens (estudantes de escolas públicas)	Aumento, desde a criação até 2014, de 1% no nível de poupança, 21% de jovens passaram a fazer lista de gastos, 4% negociam preços e pagamentos.
Cidadania Financeira	2013	Programa do Banco Central focado em inclusão financeira, proteção ao consumidor e educação financeira.	Nacional	Adultos	96% dos adultos brasileiros tinham relacionamento com instituições financeiras em 2021 (aumento de 11% desde 2018).
Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF)	2014	Evento anual promovido pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) com ações e programas gratuitos para disseminação de educação financeira.	Nacional	Todas as idades	Eventos realizados anualmente desde 2014.
Aprender Valor	2020	Programa do Banco Central para desenvolver competências financeiras entre alunos do ensino fundamental, com expansão para escolas municipais e estaduais.	Nacional	Estudantes do ensino fundamental	Alcançou 24 mil escolas públicas e estaduais, em todos os estados do Brasil, em agosto de 2024. Cerca de 56% dos municípios brasileiros aderiram ao projeto até 2024.

Educação Financeira nas Escolas (MEC)	2021	Capacitação de professores para integrar a educação financeira nas disciplinas escolares, com apoio técnico e pedagógico.	Nacional	Professores de escolas públicas	Em andamento, com objetivo de capacitar milhares de professores ao longo de três anos.
Bem-Estar-Financeiro	2021	Curso da CVM para promover a educação financeira no ambiente de trabalho, para profissionais de empresas públicas e privadas.	Nacional	Profissionais de empresas públicas e privadas	Em andamento, focado na educação financeira no ambiente de trabalho.

Fonte: Elaboração do autor (2024)

Por fim, todas as políticas públicas voltadas para redução de desigualdades e promoção do acesso à educação são válidas e necessárias (KHADIJA, 2024).

#### 7.1.1.1.1 Pisa: O Programa Internacional De Avaliação De Estudantes

O programa internacional de avaliação de estudantes, traduzido do inglês, Programme for International Student Assessment (PISA), foi criado em 1997 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As avaliações realizadas a cada 3 anos, começaram em 2000 e englobam países membros da OCDE e economias consideradas parceiras. O programa tem como objetivo principal avaliar os conhecimentos e competências essenciais dos estudantes de 15 anos, visando sua plena participação na vida econômica e social. Para alcançar seu objetivo, o PISA avalia o desempenho escolar em três áreas principais: leitura, matemática e ciências. Os exames são aplicados por órgãos responsáveis pela operacionalização de todo o processo, no caso do Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). A 8ª edição do programa prevista para 2021, foi adiada para 2022, em decorrência de problemas ocasionados pela pandemia da COVID-19, e contou com a participação de 81 países, incluindo o Brasil (OCDE, 2023).

As informações mais detalhadas do que é cobrado de cada estudante nas avaliações do PISA podem ser encontradas no Quadro 2, logo abaixo:

**Quadro 2: Disciplinas e descrição de cada avaliação**

<b>Disciplina</b>	<b>Definição e Descrição</b>
Matemática	Capacidade de raciocinar matematicamente e formular, empregar e interpretar matemática para resolver problemas em diversos contextos do mundo real. Inclui conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas para descrever, explicar e prever fenômenos, ajudando na tomada de decisões e julgamentos bem fundamentados e no engajamento reflexivo como cidadão do século XXI.
Leitura	Capacidade de compreender, usar, avaliar, refletir e se envolver com textos para atingir objetivos, desenvolver conhecimento e potencial, e participar da sociedade.
Alfabetização Científica	Capacidade de se envolver com questões e ideias científicas como um cidadão reflexivo. Inclui a disposição para participar de discursos fundamentados sobre ciência e tecnologia, explicar fenômenos cientificamente, avaliar e projetar investigações científicas e interpretar dados e evidências científicas.
Pensamento Criativo	Capacidade de gerar, avaliar e aprimorar ideias que resultam em soluções originais e eficazes, avanços no conhecimento e expressões impactantes da imaginação.

Fonte: OCDE (2023)

Os adolescentes costumam enfrentar decisões financeiras e são consumidores de bens e serviços. Diante de uma crescente complexidade e riscos no mercado financeiro, especialmente à medida que entram para a vida adulta, o conhecimento e compreensão de conceitos financeiros é fundamental para tomadas de decisões futuras. É com base nisso que, a educação financeira é globalmente reconhecida como uma habilidade essencial para a vida (OCDE, 2023).

A Tabela 1, logo abaixo, mostra o desempenho dos 20 países que participaram da avaliação de educação financeira do PISA 2022. Entre eles, estão 14 países da OCDE, além de outros 6 parceiros (Brasil, Bulgária, Malásia, Peru, Arabia Saudita e Emirados Árabes Unidos).

**Tabela 1: Visão geral do desempenho mundial em educação financeira, em 2022**

Posição	País/Região	Pontuação Média	Percentagem de Alunos com Desempenho Baixo (< Nível 2)	Percentagem de Alunos com Desempenho Alto (Nível 5)
-	Média da OCDE	498	17.9%	10.6%
1°	Comunidade Flamenga da Bélgica	527	12.0%	16.5%
2°	Dinamarca	521	10.9%	12.5%

3°	Províncias Canadenses	519	12.7%	14.8%
4°	Países Baixos	517	17.5%	18.5%
5°	República Tcheca	507	15.3%	12.5%
6°	Áustria	506	16.8%	13.2%
7°	Polônia	506	14.8%	9.9%
8°	Estados Unidos	505	16.8%	13.5%
9°	Portugal	494	15.5%	6.6%
10°	Hungria	492	18.2%	8.6%
11°	Noruega	489	21.8%	10.5%
12°	Espanha	486	17.1%	4.7%
13°	Itália	484	18.3%	5.1%
14°	Emirados Árabes Unidos	441	39.0%	7.1%
15°	Bulgária	426	40.8%	2.7%
16°	Peru	421	41.9%	1.0%
17°	Costa Rica	418	43.0%	1.3%
18°	Brasil	416	45.1%	2.0%
19°	Arábia Saudita	412	45.4%	0.6%
20°	Malásia	406	47.5%	0.8%

Fonte: Adaptado de OCDE (2023)

O histórico de desempenho brasileiro em cada uma das 3 avaliações mais importantes do PISA, pode ser visualizado na Tabela 2, logo abaixo:

**Tabela 2: Histórico de desempenho do Brasil em leitura, matemática e ciências, no PISA**

Ano da pesquisa	Leitura	Matemática	Ciências
2000	396	-	-
2003	403	356	-
2006	393	370	390
2009	412	386	405
2012	407	389	402
2015	407	377	401
2018	413	384	404
2022	410	379	403
Média OCDE (2022)	476	472	485

Fonte: Adaptado de OCDE (2019); OCDE (2023)

Além do PISA, a OCDE também é responsável por um estudo conhecido como Education at a Glance, que ao ser traduzido do inglês para o português é também conhecido como Visão Geral da Educação. Realizado anualmente, desde 1998, as pesquisas tem foco no âmbito de estatísticas educacionais, com objetivo de fornecer uma visão geral de nível dos

países participantes. No Brasil, o INEP é o órgão responsável por repassar as informações que colaboram para os cálculos realizados. O estudo mais recente, publicado em 2024, apontou que em 2021, no Brasil, o gasto médio anual por aluno em instituições públicas de ensino fundamental foi de US\$ 3.668, representando queda de 2% em relação a 2020. Em comparação, a média de gastos por aluno nos países da OCDE foi significativamente superior, alcançando US\$ 11.914, o que representou aumento de 17% em relação a 2020 (OCDE, 2024).

Em síntese, é evidente que o desempenho do Brasil em educação financeira e nas habilidades essenciais está aquém do ideal, quando comparado aos países líderes apresentados na Tabela 1. Isso indica que o Brasil precisa investir significativamente mais em educação para possibilitar que os jovens desenvolvam melhor suas competências, incluindo a gestão das próprias finanças.

## **8 ENDIVIDAMENTO EXCESSIVO: A ATUAL E PREOCUPANTE SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS**

Neste capítulo, serão examinados os conceitos fundamentais relacionados ao endividamento. Além disso, será apresentada uma análise abrangente da situação histórica de endividamento e inadimplência no Brasil, com foco no perfil dos brasileiros mais endividados. O objetivo é elucidar os principais fatores que contribuem para essa condição.

### **8.1 Principais conceitos**

O endividamento pode ser considerado uma condição em que parte da receita é destinada a obrigações financeiras que serão cumpridas após determinado período, mediante consumo antecipado. De modo geral, dívidas são todos e quaisquer compromissos de pagamento futuro. Um consumidor é quem consome determinado produto ou serviço, ele é quem irá optar, quando possível, pelo pagamento à vista ou por prolongar tal pagamento, passando a ser considerado uma dívida. Um agente tomador de empréstimo também passa a ser considerado devedor, pois o mesmo se compromete em pagar o que é estipulado via contrato (ALVES e CARVALHO, 2020; VIANA e REIS, 2020).

Quando uma pessoa possui muitas dívidas, ela pode vir a se encontrar em situação de superendividamento. O superendividamento consiste em um fenômeno caracterizado pela falta de recursos financeiros suficientes para quitar dívidas, resultando em aumento das pendências financeiras atuais no futuro. Existem dois tipos distintos de superendividamento, o ativo e o passivo. O superendividamento ativo remete a ideia de ação, sendo causado por um ato próprio do indivíduo. Quando um indivíduo possui muitas dívidas, e tem consciência de que não irá conseguir quitá-las, pode-se caracterizá-la como superendividamento ativo consciente, uma vez que a pessoa agiu de “má-fé”. Por outro lado, no superendividamento ativo inconsciente, a pessoa se endivida por falta de controle de gastos, pois ela tinha intenção de quitar suas dívidas. O endividamento passivo se caracteriza por advir de motivos que são alheios ao controle da pessoa, como desemprego e redução de salário (BOLADE, 2012; PEREIRA, 2017).

Há situações em que o endividado atrasa o pagamento daquilo que é devido, seja por omissão ou por não possuir condições financeiras de quitar sua dívida, passando a ser considerado devedor inadimplente. A inadimplência pode ser dividida em duas categorias diferentes, inadimplência absoluta e relativa. A primeira diz respeito a situação em que o

devedor não possui nenhuma condição de pagar sua dívida. Quando a dívida é quitada de forma imperfeita, seja por descumprimento de prazo ou valores, a inadimplência é relativa (MAIA, 2007).

### *8.1.1 CENÁRIO COMPLETO DO ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA NO BRASIL: UM COMPARATIVO HISTÓRICO, COM O PERFIL DO ENDIVIDAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA*

Atualmente, as pessoas têm apresentado um perfil cada vez mais consumista, seja devido a oferta de produtos no mercado com facilidade de pagamentos, ou mesmo condições de crédito, que oferecem inúmeras possibilidades, ao conceder acesso a diferentes modalidades de crédito com altas taxas de juros e longos prazos de pagamento, influenciando assim, diretamente as decisões das pessoas. O acesso ao crédito somado ao descontrole e a falta de planejamento podem ser determinantes para o aumento do endividamento e da inadimplência. No Brasil, o endividamento é excessivo há muito tempo, a inadimplência só cresce e a perspectiva de melhora futura é cada vez mais remota. A população de baixa renda é a mais vulnerável em relação ao acesso ao crédito, consumo e endividamento, devido a sua fragilização financeira (DENDENA e VIEIRA, 2019; FERREIRA e LIMA, 2014; AMORIM, 2024).

O crescimento do endividamento e da inadimplência é uma realidade para as famílias brasileiras. Os problemas causados pelas dívidas em excesso podem impactar negativamente na qualidade de vida e na saúde mental e física dos indivíduos (SOUZA, ROGERS e ROGERS, 2019).

A pesquisa da CNC (2024) mostrou que a taxa anual de endividamento no Brasil caiu, em 2023, pela primeira vez em quatro anos. Entretanto, tal queda foi de apenas 0,1 ponto percentual em relação a 2022, mostrando que o nível de endividamento pouco oscilou. O endividamento total fechou o ano de 2023 em 77,8%. Enquanto isso, a inadimplência chegou a atingir 29,5% dos brasileiros, sendo esse o maior número desde 2010. Em relação ao total de inadimplentes, 41,2% afirmaram não ter condições de pagar os débitos em atraso, representando aumento de 4 pontos percentuais em relação a 2022 (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS SERVIÇOS E TURISMO, 2024).

Em outra pesquisa mais recente, segundo a CNC (2024), o endividamento das famílias brasileiras atingiu, em abril de 2024, o percentual de 78,5%, acréscimo de 0,2 pontos percentuais comparados ao mesmo período do ano anterior. Ainda segundo o relatório, 28,6% das famílias possuíam dívidas em atraso e 12,1% não tinham condições de pagar seus débitos

(AGÊNCIA BRASIL, 2024; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS SERVIÇOS E TURISMO, 2024).

A pesquisa da CNC (2024) mostrou que o histórico de endividamento das famílias brasileiras seguiu um ritmo médio de crescimento de aproximadamente 2,28% ao ano, e, quando comparado os anos de 2013 e 2023, início e fim da série analisada, respectivamente, o crescimento foi de aproximadamente 24,5%. Ao longo da série histórica analisada, os percentuais de endividamento se situaram em níveis bem elevados, com a média de famílias brasileiras endividadadas se mantendo sempre acima de 60% do total. Os dados mostraram piora acelerada após 2020, período de pandemia e pós pandemia da Covid-19 que afetou toda a economia mundial, incluindo o Brasil. A média de famílias com dívidas se manteve, desde então, acima de 70%. Além disso, a pesquisa apontou que 29,5% das famílias tinham dívidas atrasadas, ou seja, em situação de inadimplência, o maior percentual da série histórica. A média de crescimento anual da inadimplência foi de aproximadamente 3,63%, com crescimento de cerca de 39,2% entre os anos de 2013 e 2023 (Tabela 3).

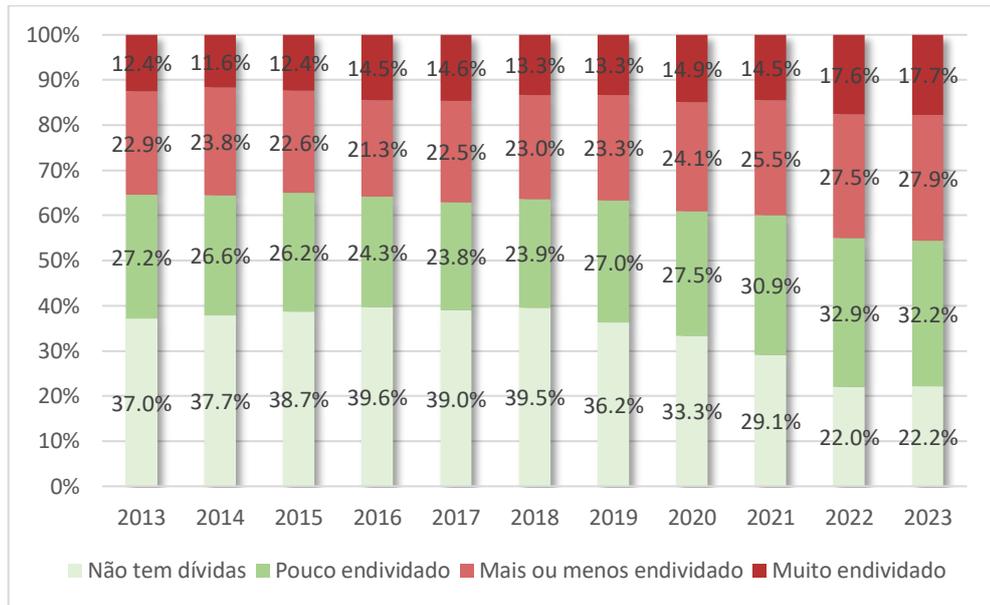
**Tabela 3: Média anual do endividamento (%), no Brasil no período de 2013-2023**

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Famílias endividadadas	62,5	61,9	61,1	60,2	60,8	60,3	63,6	66,5	70,9	77,9	77,8
Famílias c/ dívidas em atraso	21,2	19,4	20,9	24,2	25,4	24	24	25,5	25,2	28,9	29,5
Famílias s/ cond. de pg dívidas em atraso	6,9	6,3	7,7	9,2	10,2	9,7	9,6	11	10,5	10,7	12,1

Fonte: Adaptado de CNC (2024)

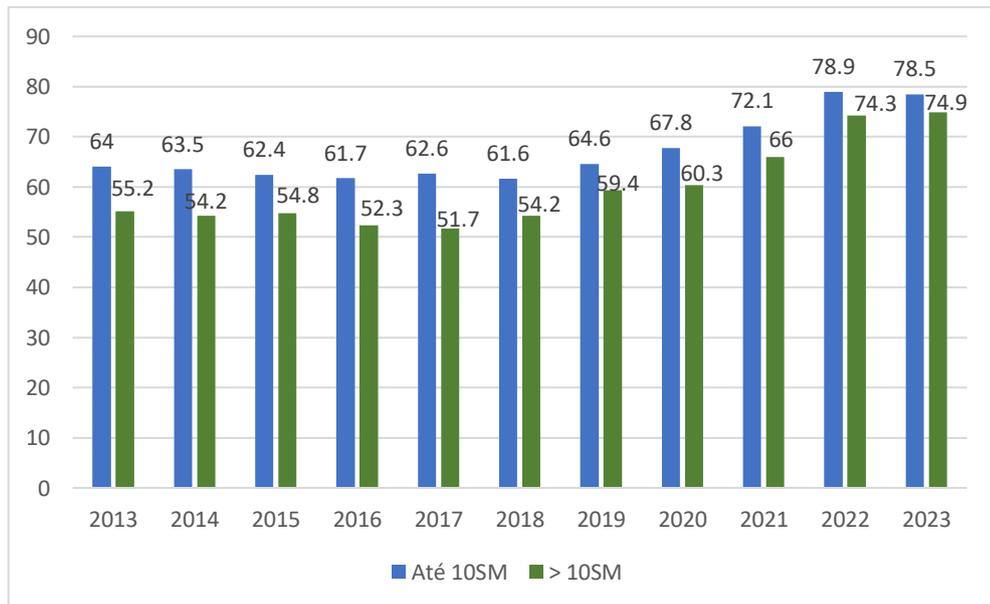
O estudo também buscou entender a percepção das pessoas em relação as próprias dívidas. De modo geral, os brasileiros se sentem cada vez mais endividadados. Os dados mostraram piora gradual na percepção do endividamento, sendo que, em 2023, 17,7% relataram estar muito endividadados, o maior número da série histórica analisada. A pesquisa também mostra que o percentual de pessoas que diziam não possuir dívidas piorou significativamente. Em 2013, 37% diziam não estar endividadados, contra 22,2% que disseram não possuir dívidas em 2023 (Gráfico 3).

**Gráfico 3: Percepção do nível de endividamento (%), no Brasil no período 2013-2023**



Fonte: Adaptado de CNC (2024)

**Gráfico 4: Endividamento por faixa de renda (%), no Brasil no período 2013-2023**



(\*) SM: Salário Mínimo.

Fonte: Adaptado de CNC (2023)

Conforme dados divulgados pela pesquisa da CNC (2023), o endividamento das famílias brasileiras, pela ótica da renda, apresentou algumas distinções e variações entre os anos de 2013 e 2023. Desde o primeiro até o último ano da série analisada, o endividamento da população que recebe até dez salários mínimos cresceu em aproximadamente 22,6%, com um ritmo médio de crescimento anual de aproximadamente 2,13%. Por outro lado, para aqueles que recebem mais de dez salários mínimos, a proporção de endividados cresceu

aproximadamente 19,7%, com ritmo médio de crescimento anual em cerca de 3,24%. Historicamente, a proporção do endividamento para os dois diferentes grupos analisados nunca esteve tão próxima quanto em 2023, com 78,5% de famílias endividadas entre as que recebem até dez salários, contra 74,9% entre as que recebem mais de dez salários (Gráfico 4).

Em outro estudo da CNC (2024), foi abordado, entre abril de 2023 e abril de 2024, o endividamento por faixa salarial. A pesquisa apontou que a parcela da população com renda superior a dez salários mínimos foi a menos afetada e que obteve maior redução do endividamento. Em abril de 2023, 79% das famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos possuíam dívidas, contra 75,3% de endividados entre os que recebem mais de dez salários mínimos. A proporção em abril de 2024 apontou aumento de 1,4 pontos percentuais para aqueles que recebem entre 0 e 3 salários, e redução de 3,6 pontos percentuais para os recebem mais de dez salários mínimos (Tabela 4).

**Tabela 4: Famílias endividadas (%) por faixa de renda, no Brasil em 2023 e 2024**

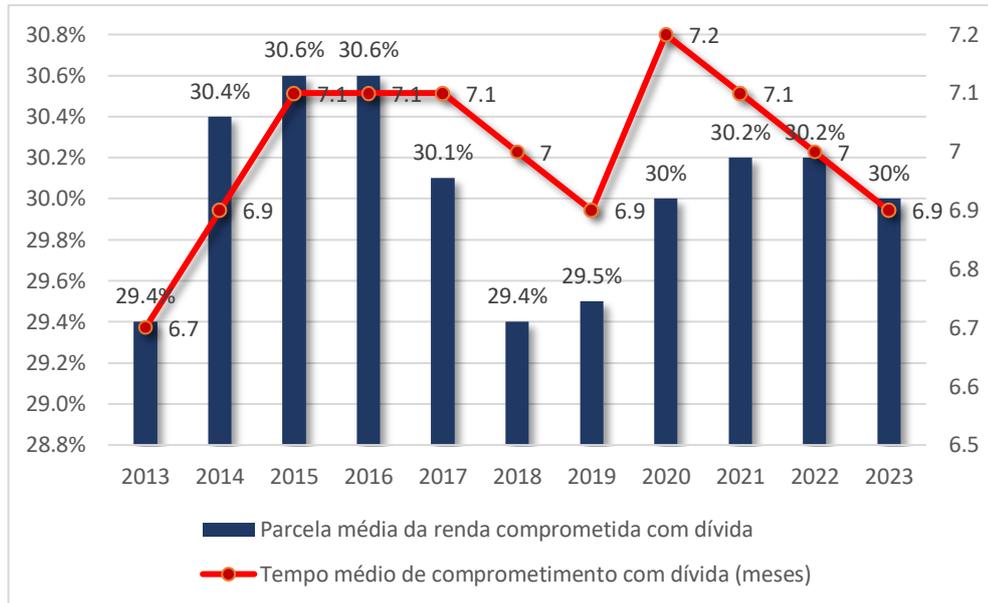
PERÍODO	0-3 SM	3-5 SM	5-10 SM	>10 SM
abr/23	79	78,7	77,8	75,3
mar/24	79,7	79,3	75	71,4
abr/24	80,4	79,7	75,5	71,7

(\*) SM: Salário Mínimo.

Fonte: Adaptado de CNC (2024)

Com relação ao comprometimento de renda com dívidas, a pesquisa da CNC (2024) aponta que, as pessoas se comprometem por um longo período com dívidas. A pesquisa mostrou que o comprometimento médio da renda com dívidas esteve, durante toda a série analisada, próximo da casa dos 30%, com pequenas variações para cima ou para baixo. O maior número registrado ocorreu em 2015 e se repetiu em 2016, com 30,6% da renda dos brasileiros comprometida com dívidas. O prazo médio em que as famílias brasileiras se comprometeram com dívidas esteve, em todo o período, próximo da casa dos 7 meses (Gráfico 5).

**Gráfico 5: Parcela (%) e tempo médio de comprometimento de renda, no Brasil no período 2013-2023**



Fonte: Adaptado de CNC (2024)

Além disso, a pesquisa CNC (2024) buscou saber quais as principais modalidades de dívidas das famílias brasileiras. Em todos os onze anos de pesquisa, entre 2013 e 2023, o cartão de crédito se apresentou como a principal categoria utilizada, registrando aumento de mais de 11 pontos percentuais e crescimento de aproximadamente 15%, desde o início da série histórica analisada. Na sequência, o carnê e o crédito pessoal se apresentam como as modalidades mais citadas pelos consumidores endividados, com 17,1% e 9% respectivamente. O financiamento de carro foi a modalidade que mais recuou, exatos 4,1 pontos percentuais e aproximadamente 33,6% relativamente quando comparados os anos de 2013 e 2023 (Tabela 5).

**Tabela 5: Média de famílias endividadas por modalidade de crédito (%), no Brasil no período 2013-2023**

Modalidade de crédito	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Cartão de crédito	75,2	75,3	76,1	77,1	76,7	76,9	78,7	78	82,6	86,6	86,5
Carnês	18,7	17	16,9	15,4	15,7	15,4	15,3	16,8	18,1	19	17,1
Financiamento de carro	12,2	13,8	13,7	11,2	10,2	10,5	9,9	10,7	11,6	10,4	8,1
Crédito pessoal	10,5	9,5	9	10,3	10,3	9,4	8,2	8,5	9	9	9
Financiamento de casa	6,1	7,8	8,3	7,9	8,2	8,7	8,7	9,5	9,1	8,1	7,5
Crédito consignado	5,2	4,7	4,6	5,4	5,6	5,6	5,5	6,6	6,5	5,5	5,2

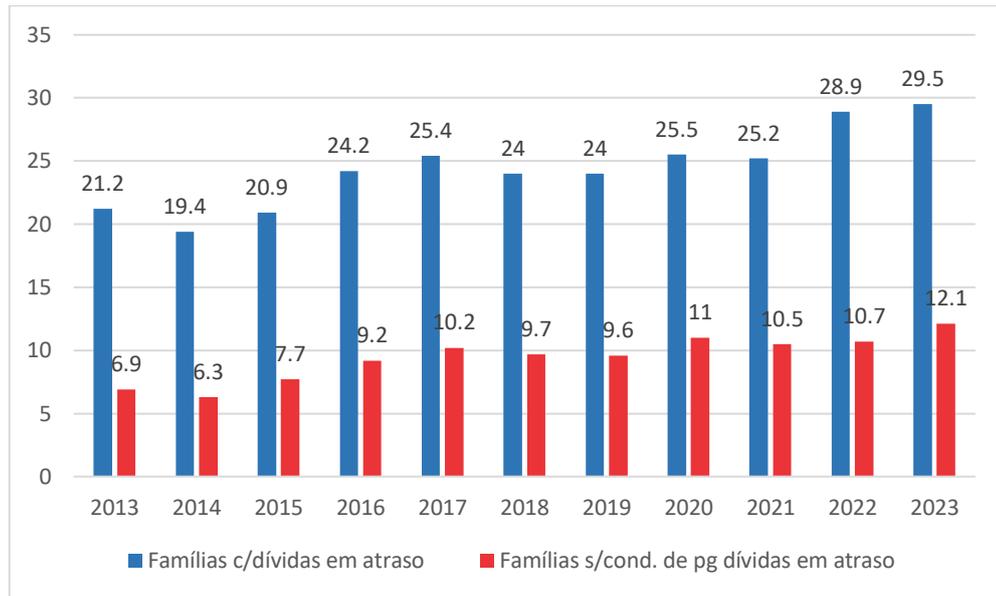
Cheque especial	6,2	5,6	6,2	7,2	6,7	5,8	5,9	5,9	5,6	5,4	4,4
Cheque pré-datado	2,2	1,8	1,7	1,7	1,4	1,1	1,9	0,9	1	0,6	0,5
Outras dívidas	2,5	2,3	2,2	2,4	2,6	3	2,4	2,2	2,3	2,2	2,6
Não respondeu	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,1	0,0
Não sabe	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: Adaptado de CNC (2024)

A respeito da inadimplência da população brasileira, segundo a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), o número de inadimplentes no Brasil, em abril de 2024, atingiu a marca de 68,76 milhões de pessoas. Quatro em cada dez brasileiros adultos se encontravam negativados, representando 41,82% do total. De acordo com dados divulgados pela Serasa Experian, o número de pessoas inadimplentes alcançou, em abril de 2024, a marca de 73,4 milhões de pessoas (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS, 2024; BARBOSA, 2024; SERASA, 2024).

A pesquisa da CNDL apontou um aumento de 2,84% na inadimplência em abril de 2024, em comparação com o mesmo mês de 2023. Nesse período, a dívida média por consumidor foi de R\$ 4.392,20, com cada um devendo, em média, para 2,10 empresas. Já a pesquisa da Serasa Experian revelou que, em abril de 2024, a dívida média por consumidor foi de R\$ 5.370,44. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS, 2024; BARBOSA, 2024; SERASA, 2024).

Conforme a pesquisa da CNC (2023), a inadimplência atingiu 29,5% das famílias brasileiras no ano de 2023, o maior percentual da série histórica analisada. Em comparação com 2013, o percentual de inadimplência é cerca de 39,2% maior. Além disso, o ritmo médio de crescimento anual da inadimplência foi de 3,63%. O estudo também mostrou que, em 2023, 12,1% das famílias não possuíam condições de pagar as dívidas em atraso, o que representou um aumento de aproximadamente 75,4% quando comparado com os números de 2013. Entre os anos de 2013 e 2023, o crescimento médio anual das famílias sem condições de quitar seus débitos foi de aproximadamente 6,3% (Gráfico 6).

**Gráfico 6: Inadimplência no Brasil no período 2013-2023**

Fonte: Adaptado de CNC (2023)

O estudo da CNC (2024) apontou que a inadimplência atingiu com menor força a população de maior renda, em 2023. Considerando as famílias com até dez salários mínimos, no ano de 2023, 323 em cada mil atrasaram o pagamento de suas dívidas. Enquanto isso, ao considerar a parcela que recebe acima de dez salários mínimos, 166 em cada mil famílias atrasaram suas contas. Entretanto, o ritmo de crescimento da inadimplência é maior entre a parcela das famílias que recebem mais de dez salários mínimos. O crescimento médio anual da inadimplência foi de aproximadamente 4,75% entre as famílias com maior renda, contra cerca de 3,5% entre as que recebem até dez salários. Além disso, quando comparamos o ano de 2013 e 2023, o crescimento da inadimplência foi de aproximadamente 52,3% das famílias de maior renda, contra cerca de 36,9% de crescimento das famílias que recebem até dez salários mínimos. Ainda segundo a pesquisa, 141 em cada mil famílias que recebiam até dez salários, e 52 em cada mil famílias das que recebiam mais de dez salários mínimos, não possuíam condições de pagar suas dívidas em atraso. Os números são ainda mais preocupantes quando comparados pelo crescimento histórico, que apontou um ritmo médio anual de aproximadamente 6,1% para até dez salários, e cerca de 9,5% para mais de dez salários. Quando comparados, especificamente, os anos de 2013 e 2023, o crescimento é ainda maior, com aproximadamente 74% para a parcela de menor renda, e cerca de 92,6% para os de maior renda (Tabela 6).

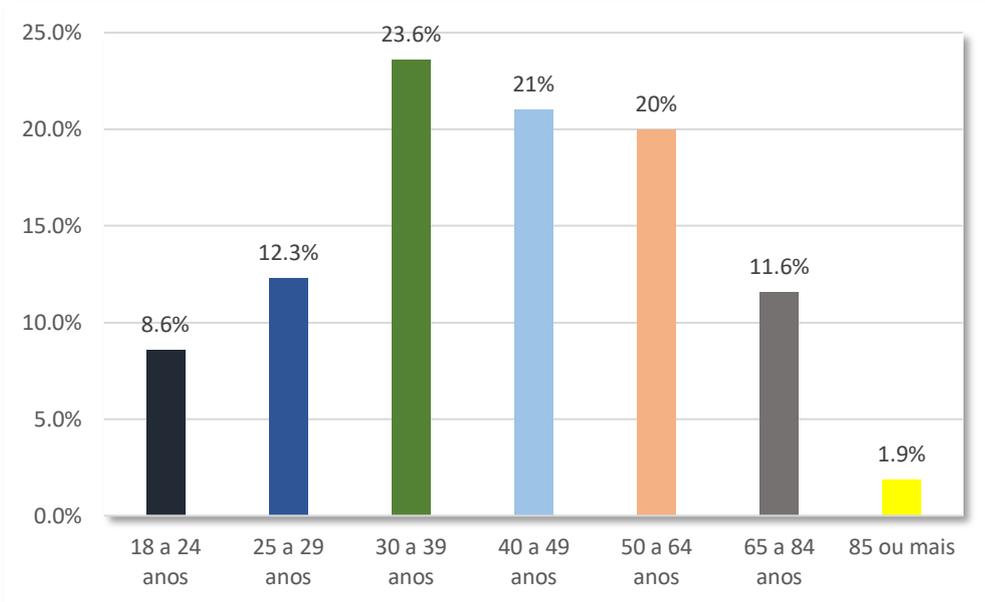
**Tabela 6: Inadimplência por faixa de renda (%), no Brasil no período 2013-2023**

Endividamento	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Famílias c/ dívidas em atraso	21,2	19,4	20,9	24,2	25,4	24	24	25,5	25,2	28,9	29,5
Até 10 SM	23,6	21,7	23,4	27,1	28,7	27	26,9	28,7	28,2	32,3	32,3
Acima de 10 SM	10,9	9,8	10,1	11,8	11,4	11,3	11,2	11,4	11,8	13,3	16,6
Famílias s/cond. de pg dívidas em atraso	6,9	6,3	7,7	9,2	10,2	9,7	9,6	11	10,5	10,7	12,1
Até 10 SM	8,1	7,4	9	10,5	11,8	11,3	11,2	12,8	12,4	13	14,1
Acima de 10 SM	2,7	2,2	2,8	3,7	3,9	3,7	3,5	4,2	3,5	3,1	5,2

(\*) SM: Salário Mínimo  
 Fonte: Adaptado de CNC (2024)

O presente estudo também propôs, como objetivo de pesquisa, identificar e analisar o perfil mais atual, abril de 2024, do endividamento e inadimplência no Brasil. A pesquisa utilizada foi da SERASA (2024) e da CNDL/SPC Brasil (2024).

**Gráfico 7: Dívidas por faixa etária, no Brasil em abril de 2024**



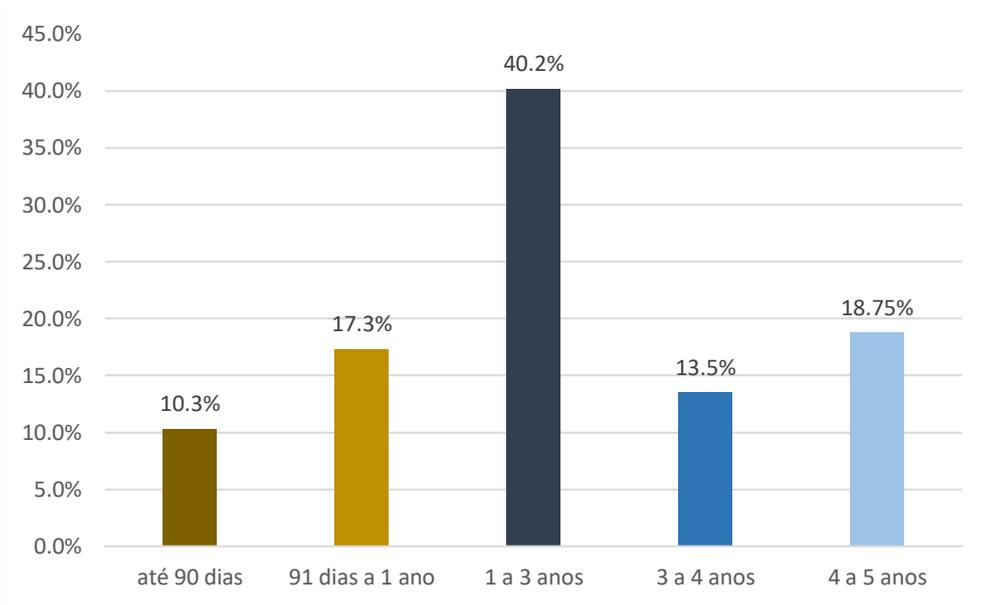
Fonte: Adaptado de Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (2024)

Segundo a pesquisa, a maior parte dos endividados se encontram na faixa etária de 30 a 39 anos, o que representou 23,6% do total. Ainda segundo a pesquisa, considerando a faixa

etária dos 30 a 39 anos, é estimado que 16,9 milhões de pessoas estejam registradas no cadastro de devedores, o que representa quase metade dos brasileiros desta faixa etária (Gráfico 7).

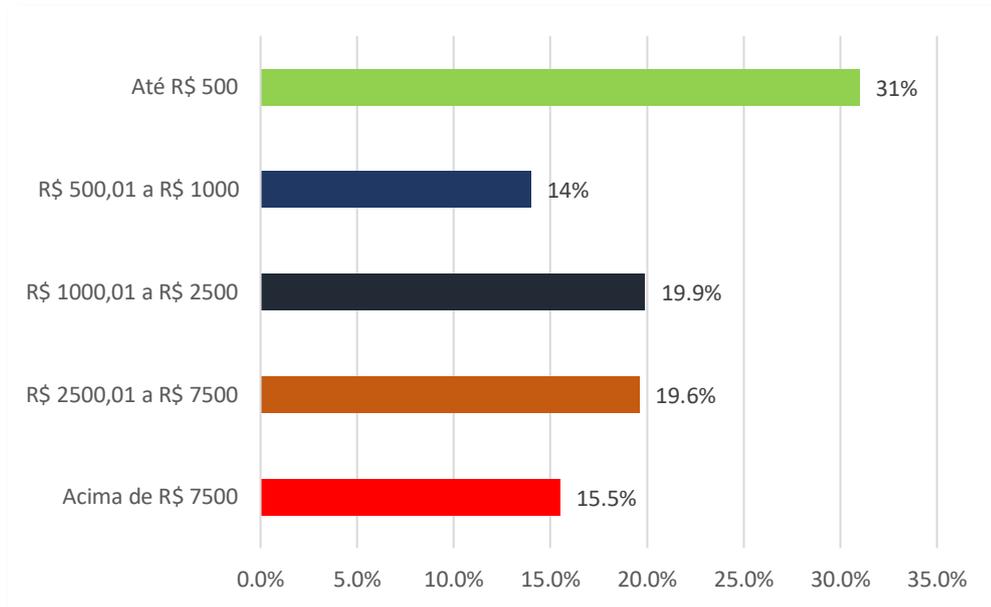
A respeito da inadimplência, a pesquisa da CNDL/SPC Brasil (2024) mostrou que o período de atraso médio é de aproximadamente 2,88 anos. O período de 1 a 3 anos de atraso representa 40,2% dos endividados, seguido por 18,75% daqueles que possuem entre 4 a 5 anos de dívidas atrasadas. O menor percentual de atraso (10,3%) coincide com o menor tempo de inadimplência (até 90 dias) adotado pela pesquisa (Gráfico 8).

**Gráfico 8: Inadimplência por tempo de atraso, no Brasil em abril de 2024**

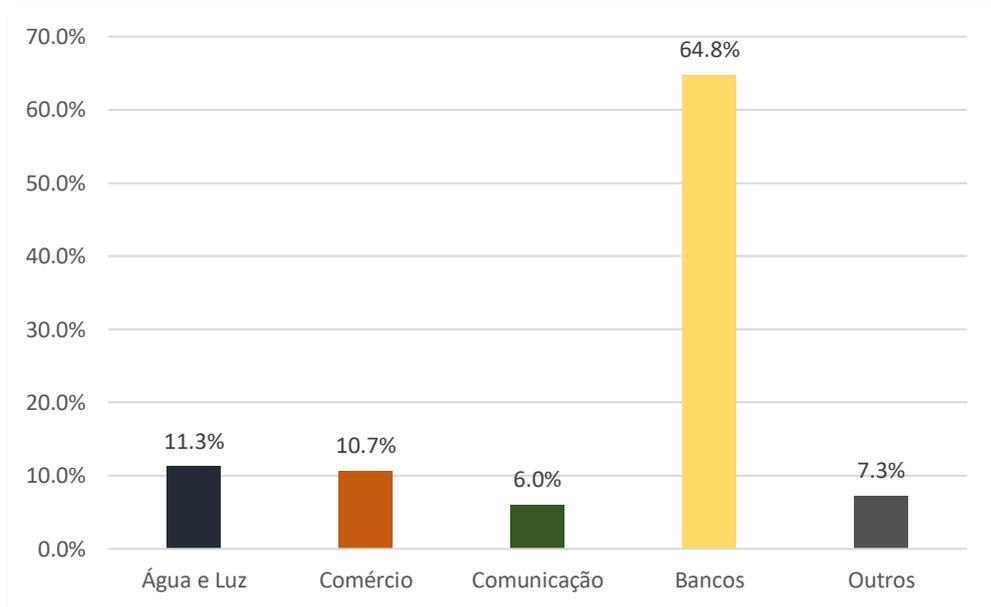


Fonte: Adaptado de Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (2024).

Os dados da pesquisa também mostraram que três em cada dez consumidores inadimplentes possuíam débitos em atraso que totalizavam até R\$ 500,00. O percentual de inadimplentes com dívidas até R\$ 1000,00 totalizava cerca de 45% do total. A pesquisa também mostrou que cerca de 15,5% dos inadimplentes possuíam débitos em atraso com valores somados acima de R\$ 7500 (Gráfico 9).

**Gráfico 9: Percentual de inadimplentes por valor total das dívidas, em abril de 2024**

Fonte: Adaptado de Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (2024)

**Gráfico 10: Dívidas em atraso por setor credor, no Brasil em abril de 2024**

Fonte: Adaptado de Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (2024)

Além disso, conforme mostra o Gráfico 10, considerando o setor credor, a maior parcela das dívidas dos consumidores concentrava-se no setor bancário (64,8%). Na sequência, aparecem outros setores, como água e luz, e o comércio, com 11,3% e 10,7%, respectivamente, do total.

Por fim, fica evidente que o problema do endividamento e inadimplência dos brasileiros vai muito além da questão salarial. A expansão e crescimento do Sistema Financeiro Nacional, embora tenha facilitado e agilizado os processos de transações financeiras, pode ter criado uma falsa sensação de liberdade para as pessoas. Muitos podem ter passado a enxergar oportunidades de gastar além do que ganham, devido ao fácil acesso ao crédito no mercado. Além disso, a situação econômica do país, que demonstra piora desde a pandemia da Covid-19, também contribui para o cenário. As altas taxas de juros cobradas no mercado pressionam as finanças individuais e familiares.

## 9 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Ao longo deste capítulo, serão discutidos os conceitos mais importantes relacionados ao planejamento financeiro. Ademais, serão apresentados possíveis enfoques que podem ser adotados para um controle mais eficaz das finanças pessoais.

### 9.1 Definição

O planejamento financeiro pode ser definido como um processo que engloba estratégias a serem seguidas, traçando planos, metas e objetivos, pensando no presente e no futuro, com o intuito de garantir uma qualidade de vida melhor. Administrar bem os recursos próprios é fundamental para evitar o endividamento e conseqüentemente, a possibilidade de inadimplência, além de aumentar o grau próprio de felicidade (GRÄF e GRÄF, 2013; SOUZA e ALMEIDA, 2019; COLELLA *et al.*, 2014).

Segundo Gitman (2001):

O planejamento financeiro pessoal é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos. (GITMAN, 2001, p.434)

Para Hallman e Rosenbloom (2003), o planejamento financeiro pessoal consiste no desenvolvimento e implementação de planos coordenados que visem alcançar e conquistar objetivos e metas pessoais.

A falta de controle sobre as próprias finanças pode acarretar em problemas pessoais e até mesmo na vida profissional. A rotina da vida envolve desafios diários, sendo que o aspecto financeiro está presente em grande parte. Buscar melhor qualidade de vida requer entender e saber como enfrentar os obstáculos, e administrar bem as finanças será um facilitador de todo o processo. O planejamento das finanças é quem irá direcionar a vida dos que pretendem alcançar suas metas, sejam elas de curto, médio ou longo prazo (LUZ, AYRES e MELO, 2019; COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2019)

Para Levino e Santos (2019):

Um planejamento financeiro pessoal e familiar bem executado pode ser o caminho mais curto entre a satisfação das necessidades fisiológicas do cidadão (alimentação e moradia) e as necessidades de autorrealização, entre as quais figuram o desenvolvimento e a realização pessoal, que está diretamente ligada a hábitos de planejamento a longo prazo. Como exemplo, tem-se a aposentadoria. (LEVINO E SANTOS, 2019, p. 17)

Como lembra (EKER, 2006), as dificuldades financeiras das pessoas ou empresas não são exatamente um problema, mas sim um sintoma da falta de organização e do descontrole financeiro. A única maneira de mudar essa realidade é encarando o verdadeiro problema, que em muitas das vezes acaba passando despercebido.

### *9.1.1 OS PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS: A FALTA DE CONTROLE, A DESORGANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO INADEQUADO*

A sociedade contemporânea vive em mundo globalizado, isto é, um mundo cada vez mais tecnológico e conectado de forma econômica, social, comercial e cultural. As transformações socioeconômicas que ocorrem em todo o mundo são parte de um processo que ocorre de geração em geração, sendo que a tendência é de uma sociedade cada vez mais moldada em prol da globalização (CAMPOS e CANAVEZES, 2007).

Ao longo de sua trajetória, a espécie humana desenvolveu diversas estratégias e métodos para lidar com a escassez de recursos e garantir sua sobrevivência. Atualmente, observa-se uma tendência crescente entre as pessoas de consumir algo que talvez não seja tão essencial quanto imaginam, e acabam por não saber lidar com esse problema. No Brasil e em todo o mundo, as famílias frequentemente procuram aumentar seus padrões de consumo, mesmo que o orçamento não permita em alguns casos (AZAMBUJA, 2020; FERREIRA e LIMA, 2014).

Piaia e Bernardi (2020) lembram que, as pessoas, em especial mais jovens, sofrem constantemente com a influência de um consumo exagerado de produtos e serviços, motivada por um impulso ou desejo. Nesse sentido, Cortez e Ortigoza (2009) avaliaram esse processo de transformações:

Com a expansão da sociedade de consumo, amplamente influenciada pelo estilo de vida norte-americano, o consumo transformou-se em uma compulsão e um vício, estimulados pelas forças do mercado, da moda e da propaganda. A sociedade de consumo produz carências e desejos, tanto materiais quanto simbólicos, e os indivíduos passam a ser reconhecidos, avaliados e julgados por aquilo que consomem, vestem ou calçam, pelo carro e pelo telefone celular que exibem em público. (CORTEZ e ORTIGOZA, 2009, p.37)

Consumismo é definido como “O ato, efeito ou prática de consumir, de comprar em excesso (CONSUMISMO, 2024). Zecchin e Andrade (2017) definem o consumismo como, “um arranjo social que provoca uma ávida disputa entre os indivíduos pela sonhada diferenciação social”.

No Brasil, o consumismo cresce cada vez mais, gerando impacto direto no nível de endividamento. Os brasileiros compram, às vezes sem necessidade, e acabam se endividando

e, por muitas vezes, se tornando devedores inadimplentes (CAETANO, BEZERRA *et al.*, 2016).

A sociedade de consumo é definida pelas massas e classes sociais. As relações entre as pessoas e as posições sociais de cada um são fatores que estimulam o mercado consumidor e, também, o de crédito. O consumidor brasileiro é, hoje, refém de um mundo digitalizado e de um sistema de crédito brasileiro que o induz ao consumo. Conforme Lopes (1996), o crédito ao consumo pode ser definido como, “um sistema de financiamento, por meio de crédito direto concedido pelo comerciante, mas, sobretudo, por financeiras, bancos e cartões de crédito”. À medida que o mercado de crédito cresceu no Brasil, observou-se, também, um crescimento dos níveis de endividamento e inadimplência (MESSIAS, SILVA e SILVA, 2014; VIEIRA, ROMA e FERREIRA, 2014). Ainda segundo Vieira, Roma e Ferreira (2014):

Com a maior facilidade de contratação de crédito e com escolha por obrigações situadas cada vez mais no longo prazo, as famílias brasileiras têm ampliado a proporção entre o valor total de suas dívidas e a renda, relação essa intitulada de Índice de Endividamento Familiar. (VIEIRA, ROMA e FERREIRA, 2014, p.141)

Nesse sentido, a popularização de novos meios de crédito tem colaborado e levado ao estímulo de gastos e a maiores imprudências com relação ao real poder de compra de cada indivíduo brasileiro. O cartão de crédito é hoje o maior e mais utilizado meio de crédito pela população brasileira, sendo de fácil acesso, mas com juros altíssimos. Os consumidores, especialmente os de baixa renda, acabam correndo maiores riscos com a liberdade oferecida pelo mercado creditício, ficando refém de um endividamento em grande proporção (DONADIO, CAMPANARIO e RANGEL, 2012).

Para Sciré (2011):

O fenômeno da emergência dos cartões requalifica, assim, o consumo popular, inserindo o que se pode chamar de financeirização nas dinâmicas cotidianas. Ao possibilitarem aos seus possuidores dispor da existência de um valor fictício a mais todo mês, o limite de crédito destes cartões acaba se tornando incluso em parte do orçamento doméstico em si, o que significa que as famílias já calculam seus orçamentos contando com a presença desta renda a mais. Daí a enorme proliferação destes artefatos, pois constituem, para muitos, a forma mais rápida e segura de contar com um dinheiro extra em momentos de necessidade. Estes elementos, dentre outros, tornam os cartões objetos quase que indispensáveis. Sem ele, fecha-se uma série de possibilidades, pois a partir do momento que se conta apenas com a renda bruta mensal, qualquer possibilidade de ousar e gastar um pouco mais do que se tem, torna-se praticamente impossível. (SCIRÉ, 2011, p.73)

Um estudo realizado por Zerrenner (2007) teve como objetivo entender as principais razões para o endividamento da população de classe baixa, e para isso entrevistou 204 pessoas

de baixa renda da cidade de Santo André/SP. A pesquisa identificou que incidentes pessoais/familiares foram responsáveis para 21,6% dos entrevistados se endividarem; o consumismo foi a razão para 35,1%; e a falta de planejamento foi citada por 43,1% do total de pessoas entrevistadas.

Em uma pesquisa realizada por Carmo (2012), foram entrevistadas 73 pessoas para analisar o endividamento e inadimplência do consumidor da cidade de Juiz de Fora/MG. O principal motivo apontado como causa do inadimplemento foi a falta de controle financeiro (50%), seguido por redução da renda familiar (12,5%), desemprego (12,5%), entre outros motivos.

Diante disso, o tema sobre planejamento financeiro é de extrema relevância para todas as pessoas e famílias. Enfrentar os problemas e planejar as finanças é fundamental na busca por uma vida financeira melhor.

#### **9.1.1.1 *Planejando as finanças: Possíveis caminhos a serem seguidos***

O planejamento financeiro tem como grande objetivo facilitar e guiar a vida das pessoas, de modo a auxiliar no gerenciamento das finanças. O ponto de partida para um bom planejamento é o conhecimento das receitas e despesas pessoais ou familiares. Estabelecer objetivos e metas é muito importante para um bom planejamento das finanças, pois é isso que permitirá definir possíveis caminhos a serem seguidos (DALARME, SILVA e SEVERINO, 2018).

Gustavo Cerbasi, renomado professor e especialista em finanças e planejamento financeiro, publicou, em 2009, o livro *Como organizar sua vida financeira*. Na obra, Cerbasi destaca que é necessário muito mais do que um simples planejamento financeiro:

É preciso ser taxativo: seu planejamento financeiro familiar não será eficiente se você não tiver equilíbrio orçamentário, o que se traduz em gastar menos do que ganha e investir a diferença com regularidade. Alcançar e manter o equilíbrio orçamentário mês a mês é fundamental para viabilizar a realização de seus sonhos, já que os sonhos têm custo. (CERBASI, 2009, p.26)

A realidade financeira de uma parcela significativa da população brasileira apresenta desafios consideráveis, resultando em dificuldades que muitas vezes inviabilizam a capacidade de poupança. Essas dificuldades podem ser atribuídas, em grande parte, à inadequação dos salários, à má distribuição de renda e a outras restrições financeiras (GODOI, 2022).

Contudo, mesmo diante de situações adversas, é possível que muitos consigam aprimorar sua vida financeira por meio do conhecimento e da utilização de estratégias adequadas. A organização financeira é um elemento crucial para a conquista de metas e objetivos pessoais. Conforme ilustrado no Quadro 3, JESUS (2019) propôs uma série de dicas, estruturadas em passos a serem seguidos, que visam auxiliar na busca pelo equilíbrio financeiro.

**Quadro 3: Dicas para organizar as finanças**

<b>1- DIA DO ORÇAMENTO</b>
Reserve um dia no mês para organizar a sua vida financeira. Monte uma planilha com despesas fixas, dívidas, pagamentos, gastos eventuais. Insira também todas as suas receitas, tais como salário, recebimento de aluguéis, ganhos eventuais etc. Monte seu orçamento mensal adequando os gastos às receitas. O ideal é que sempre haja sobra de 10% a 20%.
<b>2- DEFINA PRIORIDADES</b>
Caso o orçamento esteja em desequilíbrio – gastos maiores que as receitas –, o caminho é reduzir imediatamente as despesas. Defina prioridades e elimine o que não é essencial. Este período de ajuste requer disciplina. Lembre-se que ele é necessário, porém transitório. Idas ao restaurante, passeios, viagens ou compras supérfluas podem esperar até que o equilíbrio financeiro seja retomado.
<b>3- APRENDA A USAR O DINHEIRO</b>
A maioria das pessoas se preocupa em aprender como ganhar dinheiro, mas não como usá-lo. Existe uma grande diferença entre as duas situações. Todos conhecem histórias de empresários que acumularam fortunas, mas que terminaram falidos. Nada melhor que aprender com os erros dos outros. Leia, estude, busque informação sobre finanças. Há diversos livros, revistas, jornais e sites que traduzem o “economês” para a linguagem do dia-a-dia.
<b>4- ESTABELEÇA OBJETIVOS FINANCEIRO</b>
Determine um valor, um prazo e um objetivo financeiro a ser atingido. Organize-se de forma a criar as condições para que a meta seja cumprida. Exemplo: comprar um carro de R\$ 30 mil, dentro de dois anos. Analise seu orçamento e veja como reorganizá-lo de forma a adquirir o automóvel no prazo estabelecido.
<b>5- POUPAR SEMPRE</b>
Não há organização das finanças pessoais sem poupança. É a reserva de capital que permite que a pessoa enfrente situações emergenciais ou crises sazonais. Encare como compromisso a tarefa de guardar de 10% a 20% de sua receita mensal.
<b>6- APRENDA A INVESTIR</b>
A partir de um determinado nível de organização das finanças, a pessoa dispõe de recursos para investimento. As contas estão em dia, não há dívidas pendentes e a meta de gastar menos do que ganha virou lei. Chegou a hora de fazer o dinheiro trabalhar para você. Busque investimentos de acordo com o seu perfil. Para isso, solicite a ajuda do seu gerente do banco, conte com o auxílio de empresas especializadas em prestar esse tipo de assessoria ou se capacite para assumir a tarefa de cuidar dos próprios investimentos.
<b>7- LIMITE O ENDIVIDAMENTO</b>
Sempre que possível, opte por compras à vista. Controle a ânsia de consumo, junte recursos e adquira o produto ou serviço pagando de uma só vez. Isso aumenta o poder de barganha na hora da compra, permitindo descontos e outras vantagens (brindes, pontos extras em programas de fidelização etc.). Use o financiamento apenas para situações específicas, como a compra de um imóvel.
<b>8- FUJA DO CRÉDITO</b>

Linhas de crédito como a do cheque especial e a dos cartões representam graves ameaças para qualquer planejamento financeiro. As taxas de juros são maiores e a pessoa é seduzida pela facilidade em contrair a dívida. Lembre-se que dinheiro fácil custa muito mais caro.
<b>9- USE A PORTABILIDADE</b>
Quem tem contrato de financiamento ou empréstimo pode aproveitar as vantagens da portabilidade. Com ela, o devedor tem sua dívida “comprada” por outra instituição financeira, que lhe oferece condições de pagamento mais favoráveis. A pessoa troca a dívida cara por uma mais barata.
<b>10- DISCIPLINA ANTES DE TUDO</b>
Nenhuma das dicas anteriores funcionará, se a pessoa não tiver disciplina para organizar as suas finanças. Seguir o planejamento traçado é fundamental. As tentações do consumo surgem a todo instante e é preciso se manter permanentemente focado no objetivo financeiro.

Fonte: Elaborado por JESUS (2019)

Em um mundo globalizado e complexo, é comum que muitas pessoas enfrentem dúvidas e dificuldades na gestão financeira. Para alcançar uma situação financeira mais estável e livre de dívidas, é essencial que os indivíduos organizem suas contas por meio da elaboração de um orçamento doméstico, que pode ser feito em um papel ou por meio de uma planilha de Excel (SILVA, ALMEIDA e GODINHO, 2022).

Nesse contexto, a Tabela 7 apresenta um exemplo de planilha financeira, elaborada para auxiliar na organização do orçamento pessoal ou familiar, proporcionando uma ferramenta eficaz para a gestão das finanças. No modelo apresentado, é fundamental que as recomendações de alocação da receita líquida mensal sejam seguidas. A proposta é que sejam alocados 50% dos ganhos líquidos mensais em despesas fixas e 35% em despesas variáveis, além de 15% para formação de poupança. A ideia parte do pressuposto de que as famílias devem avaliar seus gastos variáveis, sendo importante reduzir ou eliminar aqueles que não são essenciais, como, por exemplo, roupas e acessórios de luxo, a fim de alcançar um melhor controle financeiro.

**Tabela 7: Modelo de planilha de Excel para organização e controle das finanças pessoais**

Gestão de recursos	Rendimentos e despesas	Mês 1	Mês 2
RECEITA LÍQUIDA (100%)	SÁLARIOS		
	OUTRAS FONTES DE RENDA (MÉDIA VÁRIAVEL MENSAL)		
	<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	R\$	R\$
DESPESAS FIXAS (50%)	ALUGUEL OU FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO		
	PLANO DE SAÚDE		
	MENSALIDADE ESCOLAR, CURSOS, ETC		
	<b>TOTAL FIXO</b>	R\$	R\$
	CONTAS DE LUZ, ÁGUA E TELEFONE		

DESPESAS VARIÁVEIS (35%)	TRANSPORTE (ÔNIBUS, METRÔ, COMBUSTÍVEL)		
	ALIMENTAÇÃO		
	MEDICAMENTOS		
	CUIDADOS PESSOAIS		
	LAZER (VIAGEM, RESTAURANTE, CINEMA, ETC)		
	VESTUÁRIO (ROUPAS, CALÇADOS E ASSESÓRIOS)		
	MÉDIA MENSAL COM OUTROS TIPOS DE GASTOS		
	<b>TOTAL VARIÁVEL</b>	R\$	R\$
SALDO	TOTAL DE RECEITAS	R\$	R\$
	TOTAL DE DESPESAS (TOTAL FIXO + TOTAL VARIÁVEL)	R\$	R\$
	SALDO FINAL (TOTAL DE RECEITAS - TOTAL DE DESPESAS)	R\$	R\$
POUPANÇA (15%)	SALDO FINAL	R\$	R\$

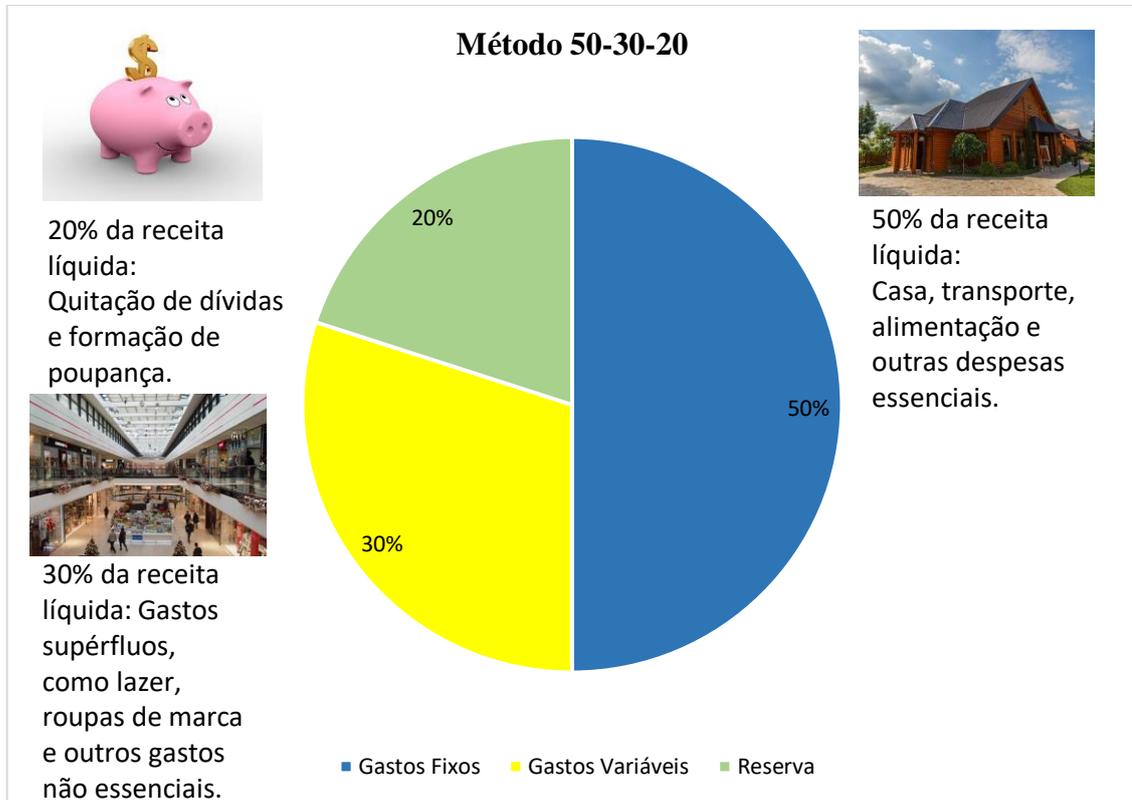
Fonte: Elaboração do autor (2024)

Ao administrar as receitas pessoais é fundamental que se evite cometer alguns erros, como: perder o controle de suas dívidas; usar mais a emoção do que a razão; correr riscos desnecessários; e, por falta de disciplina, não guardar um pouco de dinheiro ao final de cada mês. Nesse sentido, colocar as contas em dia é extremamente importante e, se necessário, o planejamento pode e deve ser realizado em períodos menores, como, por exemplo, de forma quinzenal (LOPES, 2005; CERBASI, 2009).

A realização do controle financeiro envolve a análise de gastos e receitas, como ilustrado na Tabela 7, sendo um aspecto fundamental no método de orçamento financeiro. Além disso, existem outras abordagens que podem facilitar a organização das contas pessoais, como o Método 50-30-20, o Método dos 6 potes ou envelopes e o Método ABCD (SILVA, ALMEIDA e GODINHO, 2022).

O Método 50-30-20 consiste na distribuição das receitas em três categorias, refletindo as necessidades, planos, metas e objetivos financeiros do indivíduo. De acordo com esse método, a divisão seria da seguinte forma: 50% da receita líquida mensal deve ser alocada em gastos essenciais, como aluguel, energia, água, alimentação, transporte, saúde e internet; 30% da renda líquida deve ser destinada a gastos não essenciais, que incluem lazer, vestuário e aquisições consideradas supérfluas, como roupas de marca e serviços de streaming; 20% do ganho líquido deve ser direcionado para quitação de dívidas e, se possível, formação de reserva financeira, por meio de investimentos que pouparão parte da receita mensal. No Gráfico 11, logo abaixo, é possível visualizar como ficaria a divisão. (SILVA, ALMEIDA e GODINHO, 2022; SERASA, 2024)

**Gráfico 11: Método 50-30-20 de planejamento financeiro**

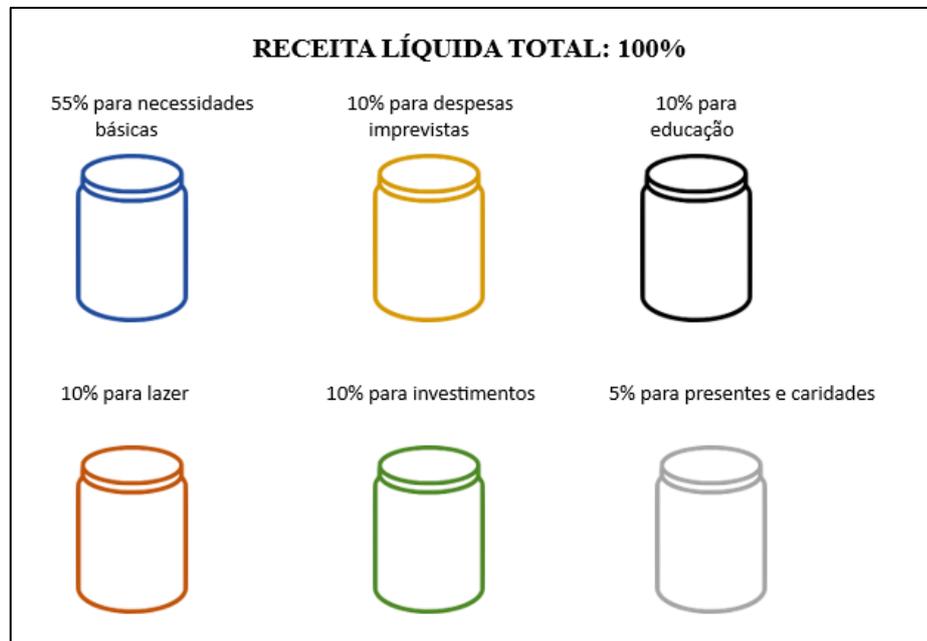


Fonte: Elaboração do autor (2025)

O Método dos 6 potes ou envelopes propõe uma divisão das receitas em seis categorias, com alocação percentual conforme as prioridades de gastos. Nesse modelo, 55% das receitas são destinados a necessidades básicas; 10% para despesas imprevistas; 10% para educação; 10% para lazer; 10% para investimentos; e 5% para pequenos presentes ou doações. (SILVA, ALMEIDA e GODINHO, 2022).

A figura 1, abaixo, ilustra e tenta deixar mais claro o modo de utilização do método. Cada pessoa pode, obviamente, adaptar de acordo com suas prioridades e necessidades, sendo este apenas um modelo exemplificativo.

**Figura 1: Método dos 6 potes**



Fonte: Elaboração do autor (2025)

Por último, o Método ABCD, que também visa a organização financeira, estabelece uma ordem de prioridade para os gastos. Neste método, as categorias são definidas da seguinte maneira: A refere-se à Alimentação; B abrange as contas básicas; C diz respeito ao Conforto; e D abrange despesas consideradas desnecessárias. O primeiro grupo, A, são gastos indispensáveis e que não podem ser eliminados. O segundo grupo, B, são despesas essenciais para manutenção do padrão de vida atual, ou seja, indispensáveis, como aluguel, despesas da casa, luz, etc. O terceiro grupo, C, pode ser encarado como despesas complementares, gastos que contribuem para aumentar o bem-estar e a qualidade de vida pessoal ou familiar, como lazer, acessórios e vestuário, por exemplo. Embora seja um grupo de gastos importantes, em situações emergenciais, eles devem ser reduzidos ou até mesmo eliminados. Por último, o grupo D, que abrange despesas que devem ser cortadas do seu orçamento, o mais breve possível. Neste, encontram-se, muitas, atrasos e juros (SILVA, ALMEIDA e GODINHO, 2022; LOPES, 2005)

O método ABCD não diz a porcentagem ideal para alocação de gastos, mas serve como um norte para determinar e diferenciar as despesas. Na tabela 8, mais abaixo, seria possível colocar os dispêndios da seguinte forma: alimentação em geral na categoria A; contas de luz,

água, transporte e internet na B; lazer, vestuário e viagens na C; e por fim, produtos e serviços que não são mais utilizados ou que não estejam agregando valor, por exemplo, assinaturas de steaming.

**Tabela 8: Método ABCD**

<p><b>A</b> Alimentação</p>	<p><b>B</b> Contas <b>B</b>ásicas</p>
<p><b>C</b> Conforto</p>	<p><b>D</b> Despesas <b>D</b>esnecessárias</p>

Fonte: Elaboração do autor (2025)

Portanto, como disse Morgan Housel (2021), em seu livro sobre psicologia financeira:

A ideia básica aqui — que é simples, mas fácil de ser ignorada — é que acumular uma fortuna tem pouco a ver com os seus rendimentos ou com o retorno dos seus investimentos, e muito a ver com o quanto você economiza regularmente. (HOUSEL, 2021, p.88)

A questão fundamental é, antes de mais nada, controlar os gastos, especialmente se estiverem consumindo 100% da renda pessoal ou familiar. A poupança é fundamental para situações emergenciais e necessidades e desejos futuros, e para ela existir, deve haver uma quantia sendo guardada mensalmente, pelo menos.

Por fim, é importante ressaltar que todos os métodos de planejamento financeiro, incluindo a planilha de orçamento e controle, são fundamentais e servem como base para aqueles que têm pouco conhecimento sobre o assunto. No entanto, se não houver consciência e disciplina, de nada adianta elaborar uma planilha ou acreditar que um determinado método será a salvação da vida financeira pessoal. É preciso ter uma visão de longo prazo, estabelecer prioridades, metas e objetivos, buscando, em primeiro lugar, o equilíbrio e a segurança financeira, e, em seguida, a liberdade financeira.

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou responder como a educação financeira e a administração das finanças pessoais podem contribuir para o melhor gerenciamento do dinheiro, de modo a prevenir e a reduzir os índices de endividamento e inadimplência das famílias brasileiras. A pesquisa evidenciou a extrema importância do trabalho realizado, especialmente diante do atual cenário econômico e financeiro desafiador enfrentado pela população brasileira. Os altos índices de endividamento e inadimplência foram identificados ao longo do estudo, o que sugere a necessidade urgente de maior conscientização por parte das pessoas e de medidas públicas para ampliar o conhecimento financeiro no país. Nesse contexto, a promoção da educação financeira e o incentivo ao planejamento emergem como estratégias fundamentais para mitigar esses problemas e promover a saúde financeira da população.

O estudo evidenciou a necessidade de integrar a educação financeira em diversos contextos, desde o ambiente escolar até a vida adulta. A comparação do investimento em educação no Brasil com o de países mais desenvolvidos, juntamente com os baixos índices de educação financeira apresentados no relatório PISA, indicam que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Essas evidências ressaltam a urgência de ações que promovam a educação financeira de maneira ampla e eficaz. Também foi abordada a relevância do planejamento financeiro como uma ferramenta capaz de contribuir para o controle dos gastos, auxiliando as famílias brasileiras a melhorarem sua situação financeira na medida do possível. É importante ressaltar também que durante o desenvolvimento deste trabalho, todos os objetivos foram alcançados de forma satisfatória. Foram analisados os níveis e perfis de endividamento e inadimplência da população brasileira, além de uma avaliação da qualidade da educação geral no país, com base nos dados da pesquisa PISA. Ainda foi discutida a relevância do investimento na qualificação educacional como fator primordial para o gerenciamento financeiro. Adicionalmente, foram abordados diversos métodos e técnicas de planejamento e organização financeira, destacando suas contribuições para o enfrentamento de problemas relacionados ao endividamento e à inadimplência.

O estudo, no entanto, sofre com as limitações relacionadas aos padrões de comportamento dos indivíduos, uma vez que a forma como cada pessoa se relaciona com o dinheiro é subjetiva. Logo, não podemos mensurar e afirmar com total certeza a causa ou explicação para os elevados índices de dívidas dos brasileiros. Além disso, foram encontradas dificuldades na obtenção de dados detalhados sobre endividamento e inadimplência por faixa de renda no período 2013 a 2023. Para uma análise mais aprofundada e completa, seria ideal

contar com intervalos mais curtos entre as faixas de renda, de modo a possibilitar uma avaliação mais precisa e segmentada.

O tema da educação financeira tem ganhado destaque recentemente e deve ser amplamente explorado em futuras pesquisas, visando gerar mais evidências sobre sua importância e promover a conscientização da população. Da mesma forma, o planejamento financeiro também deve ser um tópico constante em estudos nas áreas de administração, economia e psicologia, considerando a relevância da saúde financeira para o bem-estar geral. Considerando a relevância do tema, sugiro que possíveis novas pesquisas se concentrem em analisar como fatores sociais e psicológicos podem influenciar os hábitos financeiros. Além disso, que seja discutido como a rápida transformação e expansão do sistema financeiro nacional pode ter contribuído para a piora dos índices. Essas discussões são fundamentais para a criação e desenvolvimento de estratégias técnicas que venham a contribuir para uma vida financeira mais saudável.

Por fim, o estudo se mostrou amplamente relevante, dado que cumpriu todos seus objetivos, especialmente a análise de todo o perfil dos brasileiros endividados, e conseguiu, de forma adequada, introduzir diversos conceitos, meios e métodos para que as pessoas possam gerenciar melhor sua vida financeira. Mesmo para aqueles que não possuem grande conhecimento sobre o tema, este trabalho oferece uma introdução acessível, contribuindo para a reflexão e o desejo de aprender mais.

## REFERÊNCIAS

- ABDULLAH, Mohamad A.; CHONG, Rosita. An exploratory review of the literature and future research. **Journal of Emerging Economies and Islamic Research**, 2014. 32-41. Disponível em: <https://myjms.mohe.gov.my/index.php/JEEIR/article/view/9631>.
- AGÊNCIA BRASIL. Renda comprometida com dívidas é a menor desde antes da pandemia. **Agência Brasil**, 04 abr. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/renda-comprometida-com-dividas-e-menor-desde-antes-da-pandemia>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- AGÊNCIA BRASIL. Aumenta o endividamento das famílias brasileiras em abril. **Agência Brasil**, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2024-05/aumenta-o-endividamento-das-familias-brasileiras-em-abril>. Acesso em: 23 maio 2024.
- ALVES, Mylena B. E.; CARVALHO, Ana B. D. Finanças pessoais: Um estudo sobre a relação entre o conhecimento de gestão financeira e o nível de endividamento pessoal. **Revista Valore**, 2020. 340-354.
- AMORIM, Daniela. Proporção de endividados e inadimplência crescem em março, afirma CNC. **CNN BRASIL**, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/proporcao-de-endividados-e-inadimplencia-crescem-em-marco-afirma-cnc/>. Acesso em: 15 maio 2024.
- ARMADA, Charles A. S. A nova globalização do século xxi. **Revista Jurídica (FURB)**, 2013. 5-20. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/1861>.
- ASSUMPÇÃO, Everson A. D. O estado de bem-estar social. **Revista Internacional Consinter de Direito**, 2023. Disponível em: <https://www.revistaconsinter.com/index.php/ojs/article/view/450>.
- AZAMBUJA, Marcos V. M. Educação financeira: Reflexões sobre uma mudança de comportamentos das gerações Y e Z. **Repositório Institucional do Centro Universitário La Salle - Unilasalle**, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/2052/1/mvmazambuja.pdf>.
- AZEREDO, Gabriel R. D. Globalização e consumo: a mudança do sentido de coletivo para individual na contemporaneidade. **Centro Universitário de Brasília - UniCEUB**, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/1878>.
- BACEN. O que é o Programa Aprender Valor? **Aprender Valor**, 2018. Disponível em: <https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor>. Acesso em: 12 março 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Educação financeira nas escolas: desafios e caminhos**. [S.l.]. 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Semana Nacional de Educação Financeira. **Banco Central do Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/semanaenef/pt-br>. Acesso em: 11 março 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. A importância da Educação Financeira para a sua qualidade de vida e bem-estar financeiro. **Aprender Valor - Banco Central do Brasil**, 2023. Disponível em: <https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor/NoticiaAprenderValor/53/noticia>. Acesso em: 20 fevereiro 2024.

BARBOSA, Bárbara D. B.; CONTE, Elaine. Educação financeira na educação básica: limites e possibilidades, 2019. 50-63.

BARBOSA, Marina. Inadimplência cresce e atinge 67,18 milhões de consumidores, aponta CNDL/SPC Brasil. **Varejo S.A - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas**, 2024. Disponível em: <https://cndl.org.br/varejosa/inadimplencia-cresce-e-atinge-6718-milhoes-de-consumidores-aponta-cndl-spc-brasil/?city=brasil>. Acesso em: 26 maio 2024.

BAYER, Elaine L.; BRAIDO, Gabriel M. Planejamento financeiro – de pai para filho: um estudo com os pais de alunos do ensino fundamental. **Revista Destaques Acadêmicos**, 2017. 26-47. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/1145>.

BEM-ESTAR. In: DICIO. **Dicionário Online de Português**, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/bem-estar/>.

BEM-ESTAR. In: DICIO. **Dicionário online de português**, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/bem-estar/>.

BOLADE, Geisianne A. O Superendividamento do consumidor como um problema jurídico-social. **REPOSITÓRIO PUCSP**, 2012. 180-209. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima8/9-O-Superendividamento-do-Consumidor-como-um-Problema-Juridico-Social.pdf>.

BONOMO, Brunno; MAINARDES, Emerson W.; LAURETT, Rozelia. Compra não planejada e endividamento pessoal: Uma análise de relação. **Revista Administração em Diálogo-RAD**, 2017. 49-69. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rad/article/view/32758>.

BRASIL. DECRETO Nº 10.393, DE 9 DE JUNHO DE 2020. **Página Inicial — Planalto**, 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10). Acesso em: 13 março 2024.

BRASIL, Governo F. D. Programa Bem-Estar Financeiro. **GOV.BR**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/programa-bem-estar-financeiro>. Acesso em: 13 março 2024.

BRASIL, Governo F. D. Programa Educação Financeira nas Escolas. **GOV.BR**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/criancas-e-jovens/programa-educacao-financeira-nas-escolas>. Acesso em: 13 março 2024.

BROWN, Martin; GRAF, Roman. Financial Literacy and Retirement Planning in Switzerland. **Numeracy**, 2013. Disponível em: <https://digitalcommons.usf.edu/numeracy/vol6/iss2/art6/>.

CAETANO, Ana Cláudia; BEZERRA, Bruno; GONÇALVES, Paulo Roberto; LIMA, Divina Aparecida L. L. Consumismo e endividamento. **Jornada Acadêmica da UEG campus Santa Helena de Goiás**, 04 Novembro 2016. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/jaueg/article/view/6691>.

CAMPARA, Jéssica P.; VIEIRA, Kelmara M.; Costa, VÂNIA M. F.; FRAGA, Luana dos S. O dilema dos inadimplentes: Antecedentes e consequentes do “nome sujo. **Revista Brasileira de Marketing**, 2016. 71-85.

CAMPOS, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução à Globalização**. [S.l.]: Instituto Bento Jesus Caraça, 2007.

CARMO, Luiz A. M. D. Análise do endividamento do consumidor juiz-forano, Viçosa, 2012. Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/9af1f73e-74fb-44e4-a961-12ffa9025048/content>.

CARRANÇA, Thais. Brasil bate recorde de endividados: 'Com nome sujo, a gente não é nada'. **BBC News Brasil**, 16 fevereiro 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c257e50r9rlo>. Acesso em: 21 dezembro 2023.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier editora Ltda., 2009.

CNC. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – Perfil do endividamento anual 2022. **Portal do Comércio CNC**, 2023. Disponível em: <https://portalbucket.azureedge.net/wp-content/2023/01/dc8e5dca80097444ef03e1842cdd6ddf.pdf>.

CNC. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – Perfil do endividamento anual 2023. **Portal do Comércio CNC**, 2024. Disponível em: [https://portaldocomercio.org.br/publicacoes\\_posts/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-perfil-do-endividamento-anual-2023/](https://portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-perfil-do-endividamento-anual-2023/).

CNN BRASIL. Inadimplência cai pelo 2º mês consecutivo, mas ainda afeta 71,4 mi de brasileiros, diz Serasa. **CNN BRASIL**, 16 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/inadimplencia-cai-pelo-2o-mes-consecutivo-mas-ainda-afeta-714-mi-de-brasileiros-diz-serasa/>. Acesso em: 26 out. 2023.

COLELLA, Mariana T.; DUARTE, Saulo G. Oliveira; GONÇALVES, Maria Alice; ROMANOW, Ingrid Oliveira; SILVA, Rana C. da; DEUS, Cristian F. de. Planejamento Financeiro Familiar: A importância da organização e controle no orçamento familiar. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, Itapeva, 2014. Disponível em: [http://www.fait.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/GdwELtnxc5YuImZ\\_2015-1-30-16-8-5.pdf](http://www.fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/GdwELtnxc5YuImZ_2015-1-30-16-8-5.pdf).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Planejamento financeiro pessoal**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: CVM, 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS. Inadimplência cresce e atinge 68,76 milhões de consumidores, aponta CNDL/SPC Brasil. **Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas**: CNDL, 2024. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/inadimplencia-cresce-e-atinge-6876-milhoes-de-consumidores-aponta-cndlspc-brasil/>. Acesso em: 26 maio 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS SERVIÇOS E TURISMO. Peic 2023: endividamento anual cai pela primeira vez desde 2019, mas inadimplência recorde atinge quase um terço da população. **Portal do Comércio**, 2024. Disponível em: <https://portaldocomercio.org.br/economia/peic-2023-endividamento-anual-cai-pela-primeira->

vez-desde-2019-mas-inadimplencia-recorde-atinge-quase-um-terco-da-populacao/. Acesso em: 05 junho 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS SERVIÇOS E TURISMO. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – abril de 2024. **Portal do Comércio**, 2024. Disponível em: [https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2024/05/Relatorio\\_Peic\\_abr24.pdf](https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2024/05/Relatorio_Peic_abr24.pdf). Acesso em: 20 maio 2024.

CONSUMISMO. In: DICIO. **Dicionário online de português**, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/consumismo/>.

CONTANI, Eduardo A. D. R.; ABREU, Maria E. D. S.; REIS, Luciano G. D. Influência do nível de conhecimento financeiro sobre o planejamento e endividamento pessoal. **Organizações e Sustentabilidade**, 2022. 134-158. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/46599>.

CORTEZ, Ana T. C.; ORTIGOZA, Silvia A. **Consumo e desperdício: as duas faces das desigualdades**. São Paulo: UNESP, 2009.

CURY, Augusto. **Pais inteligentes formam sucessores, não herdeiros**. 1ª. ed. [S.l.]: Benvirá, 2014.

DALARME, Anne C.; SILVA, Camila R.; SEVERINO, Elaine C. D. O. Planejamento financeiro familiar, 2018.

DENDENA, Elenir V.; VIEIRA, Euselia P. A disponibilidade na obtenção de crédito e a inadimplência do brasileiro. **Repositório Digital | URI Câmpus de Erechim**, Aratiba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uricer.edu.br/server/api/core/bitstreams/3c989824-ebe8-422d-bb69-91e5ca911cbd/content>.

DESTEFANI, Sonia M. Educação financeira na infância. **Revista Eventos Pedagógicos**, 2015. 274-282.

DONADIO, Rosimara; CAMPANARIO, Milton D. A.; RANGEL, Armênio D. S. O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, 2012. 75-93. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471747527005.pdf>.

DONADIO, Rosimara; CAMPANARIO, Milton D. A.; RANGEL, Armênio D. S. O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, 2012. 75-93. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471747527005.pdf>.

EKER, T. H. **Os segredos da mente milionária**. 1ª. ed. [S.l.]: Sextante, 2006.

ETTMAN, Catherine K.; FAN, Alice Y.; PHILIPS, Alexander P.; ADAM, Gaelen P.; RINGLEIN, Grace; CLARK, Melissa A.; WILSON, Ira B.; VIVIER, Patrick M.; GALEA, Sandro. Financial strain and depression in the US: a scoping review. **Translational psychiatry**, 2023.

FARIA, Daymes H. Planejamento financeiro como qualidade de vida e estratégia de combate ao endividamento brasileiro. **Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso**, Mariana, 2023. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/5974>.

FELIPE, Rafael S. Análise do perfil do endividamento e da inadimplência familiar no Brasil. **Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso**, Mariana, 2023. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/5403>.

FERREIRA, Hugo C. B.; LIMA, João P. R. A insustentável leveza do ter: crédito e consumismo no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2014. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/55>.

FERREIRA, Juliana C. A Importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. **PORTAL DE REVISTAS DA PUC-SP**, 2017. 1-17.

FRAGA, Luana Santos; VIEIRA, Kelmara Mendes; CERETTA, Paulo Sérgio; PARABONI, Ana Luiza. Bem-estar financeiro: Uma análise sob a perspectiva da renda. **Revista de Finanças Aplicadas**, 2017. 1-28.

FRANCISCHETTI, Carlos E.; CAMARGO, Lumila S. G.; SANTOS, Nilcéia C. D. Qualidade de vida, sustentabilidade e educação financeira. **Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep**, 2014. 33-47.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder. Introdução a Pedagogia do Conflito**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GALINHA, Iolanda; RIBEIRO, J.L. P. História e evolução do conceito de bem-estar subjectivo. **Psicologia, saúde e doenças**, Lisboa, 2005. 203-214.

GERARDI, Kristopher; GOETTE, Lorenz; MEIER, Stephan. Numerical ability predicts mortgage default. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 2013. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/abs/10.1073/pnas.1220568110>.

GIACOMONI, Claudia H. Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. **Temas em Psicologia**, 2004. 43-50.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GODOI, Marciano S. D. Concentração de renda e riqueza e mobilidade social: a persistente recusa da política tributária brasileira a reduzir a desigualdade. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, 2022. 61-74. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/59/235/ril\\_v59\\_n235\\_p61](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/59/235/ril_v59_n235_p61).

GRÄF, Claudir O.; GRÄF, Marleni. Planejamento financeiro: Fugindo das dívidas. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5033204>.

HALLMAN, G. V.; ROSENBLOOM, Jerry. **Personal financial planning**. 7ª. ed. [S.l.]: McGraw-Hill, 2003.

HIRA, Tahira K. Personal finance: Past, present and future. **Networks Financial Institute Policy Brief**, 2009. 1-23.

HOUSEL, Morgan. **A psicologia financeira: lições atemporais sobre fortuna, ganância e felicidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2021.

HUNG, Angela; PARKER, Andrew M.; YOONG, Joanne. Defining and measuring financial literacy. **SSRN: Home**, 2009. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1498674](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1498674).

JESUS, Laizila M. N. D. Finanças pessoais: Um estudo sobre as contribuições da educação financeira para a qualidade de vida. **Revista Textura**, 2019. 74-82. Disponível em: <https://textura.emnuvens.com.br/textura/article/view/331>.

JUNIOR, Macedo. **A árvore de dinheiro: Guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KHADIJA, Samira M. Equity in Education: Addressing Disparities in Access, 2024. 69-73. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/383557115\\_Equity\\_in\\_Education\\_Addressing\\_Disparities\\_in\\_Access\\_and\\_Outcomes](https://www.researchgate.net/publication/383557115_Equity_in_Education_Addressing_Disparities_in_Access_and_Outcomes).

LEVINO, Natallya D. A.; SANTOS, Anderson M. A. D. **Finanças pessoais para iniciantes**. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2019.

LIRA, Roberto D. Setor de crédito no Brasil está em alerta máximo, com endividamento e inadimplência elevados. **Info Money**, 09 mar. 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/setor-de-credito-no-brasil-esta-em-alerta-maximo-com-endividamento-e-inadimplencia-elevados/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

LOPES, Everton A. B. **Um Guia Prático de Finanças Pessoais**. Porto Alegre: [S.n.], 2005.

LOPES, José R. D. L. Crédito ao consumidor e superendividamento: Uma problemática geral. **Revista de informação legislativa**, Brasília, 1996. 109-115. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176377/000505407.pdf>.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence. **National Bureau of Economic Research**, 2014. 1-63.

LUZ, Elton J. F.; AYRES, Marcos A. C.; MELO, Maria A. S. Orçamento familiar: Uma análise acerca da educação financeira. **Humanidades & Inovação**, Tocantins, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1071>.

MAIA, Andréa D. S. R. S. Inadimplência e recuperação de créditos. **Lume Repositório Digital**, Londrina, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13938>.

MALLMAN, Fernando S. Finanças pessoais : quanto, aonde e como investir. **Lume Repositório Digital**, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16624>.

MANDELL, Lewis. **Handbook of Consumer Finance Research**. [S.l.]: [S.n.], 2008.

MARQUES, Guilherme D. O. L. C.; GOIS, Allyson R. D. A. Explorando os Determinantes do Bem-Estar Financeiro no Brasil. **Revista de Economia Mackenzie**, 2022. 191-215. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/14954>.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conferências sobre educação financeira acontecerão em maio. **Enef - MEC - Ministério da Educação**, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/20340-conferencias-sobre-educacao-financeira-acontecerao-em-maio>. Acesso em: 04 março 2024.

MESSIAS, José F.; SILVA, José U.; SILVA, Pedro H. C. Marketing, Crédito & Consumismo: Impactos sobre o endividamento precoce dos jovens Brasileiros. **Eniac - Centro Universitário de Excelência em Guarulhos**, 14 Junho 2014. 43-59.

MOURA, Maurício. **Jornada da cidadania financeira no Brasil**. Brasília, p. 1-17. 2018.

NASCIMENTO, Carolina P. D.; STADLER, Bernadete D. L. D. S. F.; BECHARA, Matheus T. Importância da educação financeira na educação básica. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, 38, n. 74, 2022. 213-225.

NOGUEIRA, Vera M. R. Bem-estar, bem-estar social ou qualidade de vida: a reconstrução de um conceito. **Portal de Periódicos da UEL**, 23, n. 1, 19 junho 2002. 107-122. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3858>. Acesso em: 21 dezembro 2023.

NOGUEIRA, Vera M. R. Bem-estar, bem-estar social ou qualidade de vida: a reconstrução de um conceito. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, 2002. 107-122. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3858>.

OCDE. Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness, 2005. Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/improving-financial-literacy\\_9789264012578-en](https://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/improving-financial-literacy_9789264012578-en). Acesso em: 10 fevereiro 2024.

OCDE. **PISA 2018 Results WHAT STUDENTS KNOW AND CAN DO**. [S.l.]. 2019.

OCDE. **PISA 2022 Results How Financially Smart Are Students?** [S.l.], p. 247. 2023.

OCDE. **Education at a Glance 2024: Notas Estatísticas**. [S.l.], p. 1-16. 2024.

OLIVEIRA, Anesandra Eliza de; MACHADO, Flávia F. da Silva; MARTINS, Júlio Cesar; SPOSITO, Richard Robson. A importância da educação financeira no contexto escolar e familiar: Uma amostra do projeto implantado na Unespar. **Academia.edu - Share research**, 2014. 1-16.

OLIVEIRA, Polyana R. D. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: Comportamento das pessoas. **Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso**, Mariana, 2021. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/3873>.

OLIVIERI, Maria D. F. A. Educação Financeira. **ENIAC Centro Universitario de Excelencia**, 31 julho 2013. 43-51.

PAPANDREA, Pedro J.; MACHADO, Marília G.; SILVA, Vanessa M. D. Planejamento financeiro, uma revisão da literatura. **Journal of Open Research**, 2020. Disponível em: <https://stellata.com.br/journals/jor/article/view/5>.

PEREIRA, Raquel S. O superendividamento do consumidor. **REPOSITÓRIO PUCSP**, 2017. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/27266>.

PERES, Marília D. M.; SILVA, Juvêncio B.; SILVEIRA, Ricardo D. R. A cidadania financeira na sociedade de consumo e da globalização hegemônica. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, 2019. 196-223. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/1559>.

PIAIA, Júlio H. S.; BERNARDI, Luci T. M. D. S. Educação financeira na escola: falando de juventude, consumismo e projeto de vida. **TANGRAM - Revista de Educação Matemática**, 2020. 134-153.

PICCINI, Ruberlan A. B.; PINZETTA, Gilberto. Planejamento financeiro pessoal e familiar. **Unoesc & Ciência - ACSA**, 5, n. 1, 2014. 95-102.

PIRES, Valdemir. **Finanças Pessoais Fundamentos e Dicas**. Piracicaba: Equilíbrio, 2006.

PORTUGAL, Flávia Batista; CAMPOS, Mônica Rodrigues; GONÇALVES, Daniel Almeida; MARI, Jair de Jesus; FORTES, Sandra L. C. Lima. Qualidade de vida em pacientes da atenção primária do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil: associações com eventos de vida produtores de estresse e saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2016. 497-508. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2016.v21n2/497-508/pt/>.

QEDU. Brasil: Ideb por estado. **Qedu**, 2025. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/ideb/estados>.

RIBEIRO, Quetsia D. M.; SOUZA, Márcio Coutinho de; VIEIRA, Naldeir dos Santos; MOTA, Raquel C. Lucas. Financial education as a public policy in Brazil and its potential impacts on the family budget. **Research, Society and Development**, 29 julho 2021. 1-14. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18213>.

SANTOS, Emanuel H. da Silva; SANTOS, Fernanda F. dos; SANTOS, Lucas Fabrício; MOREIRA, Paula J. P. Costa; BARBOSA, Rafael Alves; CARVALHO, Vinicius Ribeiro; VIANA, Vítor Fernandes; PILENGHY, Marlene M. Oliveira. Causas do endividamento familiar no Brasil. **Forum Rondoniense de Pesquisa**, 2023. Disponível em: <https://jiparana.emnuvens.com.br/foruns/article/view/1036>.

SANTOS, Patrícia T. D.; CASALI, Éllen C. G. O Superendividamento do Consumidor. **Revista Linhas Jurídicas**, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unifev.edu.br/index.php/linhasjuridicas/article/view/67>.

SCIRÉ, Claudia D. D. O. Financeirização da pobreza: Crédito e endividamento no âmbito das. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Paulo, 2011. 65-78.

SERASA. 53% dos brasileiros dizem estar otimistas com as finanças em relação aos últimos anos, revela Serasa. **Serasa**, 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/brasileiros-dizem-estar-otimistas-com-as-financas/>.

SERASA. Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil. **Serasa**, 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 27 maio 2024.

SERASA. Método 50-30-20: o que é e como utilizar para organizar as contas. **Serasa**, 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/score/blog/metodo-50-30-20-como-utilizar/>. Acesso em: 01 outubro 2024.

SILVA, Adriana Cristina; SOUZA, Iracema C. de; BUENO, Miriam Pinheiro; ALMEIDA, Antônio L. de; SILVA, Rodrigo Henrique. Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, 8, n. 2, 2020. 353-377.

- SILVA, Allan G. C.; ALMEIDA, Vinicius C. O.; GODINHO, Luiz A. D. C. Gestão financeira: um estudo sobre finanças pessoais como ferramenta para evitar o endividamento. **LIBERTAS: Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, 2022. Disponível em: <https://periodicos.famig.edu.br/index.php/libertas/article/view/281>.
- SILVA, Cleciane G. D. Educação financeira nas escolas públicas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, 2020. 44-56.
- SILVA, Manuela; LOUREIRO, Adriana; CARDOSO, Graça. Social determinants of mental health: a review of the evidence. **The European Journal of Psychiatry**, 2016. 259-292.
- SILVA, Médhily R. F. D.; SILVA, Lúcia C. A. D. A. importância do planejamento financeiro familiar na realização de projetos e sonhos. **Anais do Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG**, Goiás, 2016. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/8444/0>.
- SIQUEIRA, Mirlene M. M.; PADOVAM, Valquiria A. R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia: teoria e pesquisa**, 2008. 201-209. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/ZkX7Q4gd9mLQXnH7xbMgbpM/#>.
- SOUZA, Charleston S. D.; NICOLI, Alice A. T. D. S.; CASTRO, Leonardo C. Um estudo sobre a educação financeira nas escolas. **AlfaUnipac**, 25 julho 2023. 1-15.
- SOUZA, Darlen M. P. D.; ALMEIDA, Silvane M. D. Planejamento financeiro pessoal: uma reflexão sobre as finanças pessoais dos acadêmicos de administração UFAM/ PARINTINS. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Parintins, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8512020>.
- SOUZA, Guilherme S.; ROGERS, Pablo; ROGERS, Dany. Endividamento, Qualidade de Vida e Saúde Mental e Física. **Encontro de Gestão e Negócios**, 2019. Disponível em: <http://www.poncedaher.net.br/egen/sites/default/files/Endividamento%2C%20Qualidade%20de%20Vida%20e%20Sa%C3%BAde%20Mental%20e%20F%C3%ADsica.pdf>. Acesso em: 05 Junho 2024.
- SOUZA, Mayra S. D.; BAPTISTA, Makilim N. Associações entre suporte familiar e saúde mental. **Psicologia Argumento**, 2008. 207-215.
- STADLER, Bernadete D. L. D. S. F.; NASCIMENTO, Carolina P. D.; BECHARA, Matheus T. Importância da educação financeira na educação básica. **Revista Terra & Cultura**, 16 Fevereiro 2022. 213-225.
- VAIS, Dominique J.; CARVALHO, Franciana D. S. Educação financeira nas escolas. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, 14 setembro 2023. 1-7.
- VANDERLINDE, Anair; GODOY, Nádia N. D. Planejamento financeiro e seus Benefícios. **Maiêutica-Ciências Contábeis**, 2014. 11-16. Disponível em: [https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/CTB\\_EaD/article/view/1230/389](https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/CTB_EaD/article/view/1230/389).
- VENAGLIA, Livia. Brasileiros estão menos endividados, mas ‘dívida do bem’ cai e inadimplência sobe. **Inteligência Financeira**, 05 set. 2023. Disponível em: <https://inteligenciafinanceira.com.br/financas/consumo/brasileiros-endividados/>. Acesso em: 19 out. 2023.

VIANA, Andson D. F.; REIS, Ana P. S. Os principais fatores que influenciam no endividamento e inadimplência das famílias brasileiras. **Repositório Institucional Unifametro**, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unifametro.edu.br/handle/123456789/164>.

VIEIRA, Ana L. B. D.; ROMA, Carolina M. D. S.; FERREIRA, Bruno P. O custo do crédito pessoal em relação ao nível de endividamento das famílias brasileiras e à taxa de juros selic. **Revista Economia & Gestão**, 14, n. 36, 23 out. 2014. 138-160. Acesso em: 01 nov. 2023.

VIEIRA, Ana L. B. D.; ROMA, Carolina M. D. S.; FERREIRA, Bruno P. O custo do crédito pessoal em relação ao nível de endividamento das famílias brasileiras e à taxa de juros selic. **Revista Economia & Gestão**, 23 Outubro 2014. 138-160. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/P.1984-6606.2014v14n36p138>.

VINCO, Alessandra; FLORENSCIO, Rafael; VIANA, Luciene D. S. Educação financeira: sua importância no planejamento financeiro pessoal e familiar. **Cadernos Camilliani e-ISSN**, 2021. 585-601. Disponível em: <https://www.saocamiloes.br/revista/index.php/cadernoscamilliani/article/view/327>.

ZECCHIN, Gabriel B.; ANDRADE, Maria D. F. R. D. Sociedade do consumo e o papel da educação. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, 19 Setembro 2017. 75-87.

ZERRENNER, Sabrina A. Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda. **Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Administração)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13112007-120236/en.php>.